



RELATÓRIO ANUAL

DEFENSORIA PÚBLICA

2018

Dados, Ações, Projetos e Números.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Administração Superior

Defensor Público-Geral do Estado: Cristiano Vieira Heerdt

Defensor Público Chefe de Gabinete: Rodrigo Gomes Pinho

Defensora Pública-Assessora de Gabinete: Diana Rodrigues da Costa

Subdefensorias Públicas-Gerais

Subdefensora Pública-Geral do Estado para Assuntos Institucionais: Liseane Hartmann

Defensores Públicos-Assessores: Larissa Pilar Prado e Saulo Brum Leal Júnior

Subdefensor Público-Geral do Estado para Assuntos Jurídicos: Tiago Rodrigo dos Santos

Defensores Públicos-Assessores: Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado e Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros

Subdefensor Público-Geral do Estado para Assuntos Administrativos: Antonio Flávio de Oliveira

Defensoras Públicas-Assessoras: Adriana Munhoz de Quadros e Melissa Torres Silveira

Ouvidoria-Geral

Ouvidora-Geral: Patrícia Lucy Machado Couto

Corregedoria-Geral

Corregedora-Geral: Adriana Hervé Chaves Barcellos

Subcorregedora-Geral: Fernanda Knijnik

Defensores Públicos-Corregedores: Felipe Facin Lavarda, Gustavo Brunet de Souza, Marcelo Turela de Almeida e Silvia Pinheiro de Brum

Conselho Superior

Cristiano Vieira Heerdt (Presidente)

Liseane Hartmann (Subdefensora Pública Institucional)

Adriana Hervé Chaves Barcellos (Corregedora-Geral)

Gustavo Oliveira da Luz

Alisson de Lara Romani

Neusa Maria Albrecht

Patrícia Bacchieri Duarte Alcântara

Andrey Régis de Melo

Tarcizio Scherer Perlin

Patrícia Lucy Machado Couto (Ouvidora-Geral)

Juliana Coelho de Lavigne (ADPERGS)

Dirigentes de Núcleos Especializados

Núcleo de Defesa da Saúde: Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros

Núcleo de Defesa dos Direitos das Famílias: Patricia Pithan Pagnussatt Fan

Núcleo de Defesa Agrária e Moradia: Isabel Rodrigues Wexel

Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas: Emilene Perin

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente: Jonas Scain Farenzena

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos: Mário Silveira Rosa Rheingantz

Núcleo de Defesa da Mulher: Diana Rodrigues da Costa

Núcleo de Defesa Criminal: André Esteves de Andrade

Núcleo de Defesa em Execução Penal: Alexandre Brandão Rodrigues

Núcleo de Defesa Ambiental: Luciana Artus Schneider

Núcleo de Defesa Cível: Rafaela Consalter

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- 7** Apresentação
- 8** Linha do Tempo
- 10** Histórico Institucional
- 11** Estrutura
- 12** Atribuições dos Defensores Públicos e Critérios de Atendimento
- 13** Administração Superior
- 14** Subdefensorias Públicas-Gerais
- 17** Núcleos Especializados
- 18** Organograma Administrativo

NÚMEROS E ATENDIMENTOS

- 21** Orçamento
- 23** Recursos Humanos
- 24** Concurso e Nomeações
- 25** Atendimentos
- 27** Redução da Judicialização
- 28** Onde Estamos
- 30** Novas Sedes
- 31** Locais de Atendimento
- 36** Câmara de Conciliação
- 37** Câmara de Mediação Familiar
- 38** Centro de Referência em Direitos Humanos
- 39** Defensoria na Mídia

PROJETOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

- 45** Modernização Institucional
- 49** Defensoria Itinerante
- 50** Ações Institucionais em Destaque

A **Defensoria Pública** atua na defesa das **pessoas** em situação de **vulnerabilidade**.

ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL

"Todo cidadão em situação de vulnerabilidade econômica e social tem direito a um(a) defensor(a) público(a) que vai garantir defesa judicial ou extrajudicial em diversas áreas, como família, consumidor, cível, criança e adolescente, criminal, penal, moradia, violência contra a mulher, entre outras. Está na Constituição Federal."

DPE-RS ampliou em 100% ação extrajudicial

Atuação nas áreas de família e cível representa o maior percentual de assistência

Laura Franco, especial

jornaldalei@jornaldocomercio.com.br

Aumento no número de atendimentos realizados e diminuição no número de processos ajuizados. É essa a realidade atual da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS), apresentada no Relatório Anual de 2017 da instituição, em sessão especial no plenário da Assembleia Legislativa, em Porto Alegre.

De outubro de 2016 a setembro de 2017, foram registrados 737.487 atendimentos à população gaúcha, um crescimento de 8,5% com relação ao ano anterior, em que foram realizados 679.407. Embora esse número tenha aumentado, houve redução de ações ajuizadas: de 124.118, em 2016, para 94.343 em 2017. Segundo o defensor público-geral do Estado, Cristiano Vieira Heerd, o resultado evidencia uma preocupação da instituição na busca de mecanismos extrajudiciais, entre eles a conciliação e a mediação.

O aumento da demanda, de acordo com o defensor, parece estar diretamente ligado à crise econômica e financeira do País, além dos índices de desemprego ou renda informal. "Essas questões aumentam nosso potencial



Cristiano Vieira Heerd aposta em atuação integrada com demais poderes públicos

de atendimento, já que nosso principal critério é a renda familiar mensal", ressalta. A atuação na defesa dos direitos das famílias e direito cível segue representando o maior percentual de atendimento total à população, 73,9%.

Esses atendimentos são realizados nas 166 comarcas que abrangem os 497 municípios gaúchos. Nesse número há a inclusão da comarca de Terra de Areia, criada neste ano. No entanto, 29 ainda não possuem defensor integral, dependendo de

deslocamento desses profissionais. Além disso, 11 seguem sem atendimento. Em 2014, a Emenda Constitucional nº 80 previu que todas as comarcas tenham pelo menos um defensor até 2022, o que segue sendo o grande desafio do órgão.

No período do relatório, foram possíveis a ocupação e a inauguração de novas sedes, especialmente no interior do Estado. A edificação de novos espaços é um entrave, em razão do baixo orçamento, mas a locação de estruturas e a utilização de

prédios do poder público seguem sendo alternativa para manter e aumentar a qualidade dos locais de atendimento à população.

Em 2017, após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária, o orçamento da DPE-RS passou de R\$ 356,2 milhões, para 381,9 milhões, resultando num incremento de 7%. Comparado ao orçamento geral do Estado, a Defensoria corresponde a 0,60%, sendo o menor orçamento entre todos os órgãos autônomos e Poderes do Rio Grande do Sul. Se considerado o

orçamento total do Poder Judiciário e do Ministério Público, a Defensoria Pública totaliza 7,89% do total de recursos.

Esse orçamento é crucial para manter o Centro de Referência em Direitos Humanos e o Centro de Referência em Mediação e Conciliação. Além desses projetos renovados e reconhecidos pelo governo federal, a DPE-RS desenvolve o Defensoria Itinerante, programa implementado no sistema prisional. "A intenção é ampliar esses projetos, inclusive os levando para outras comarcas", garante Heerd.

A Defensoria Pública é considerada o órgão público mais importante segundo os brasileiros, e o mais confiável do Sistema de Justiça, conforme pesquisa encomendada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em setembro deste ano. Para seguir ofertando esse serviço, o defensor defende um plano específico de fortalecimento e incremento do quadro de agentes e servidores, objetivando o atendimento em todas as comarcas. "Para vencer as dificuldades, o compromisso assumido é atuar de forma integrada com o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. Assim, consolidaremos a Defensoria como uma instituição cada vez mais próxima da população vulnerável, voltada à resolução dos conflitos e das demandas sociais, com a confiança do povo gaúcho", ressalta.

Apresentação



Como símbolo da consolidação e da estruturação da Defensoria Pública no Estado do Rio Grande Sul, a Constituição Estadual previu a apresentação anual do relatório institucional perante a Assembleia Legislativa do Estado, momento de grande importância e que possibilita mostrar à sociedade as ações, os programas e as atividades do órgão, bem como suas necessidades para tornar o atendimento à população ainda melhor.

A exemplo das edições anteriores, o relatório compreende, de forma objetiva e transparente, as atividades desenvolvidas pelo órgão no período de 12 meses. O documento está dividido em três grandes eixos: a estrutura organizacional; os números e os dados estatísticos; e os projetos e ações institucionais.

Novamente, o relatório revela que superamos as dificuldades financeiras que afetam o país e o Estado do Rio Grande do Sul e mantivemos altos índices de expansão e de crescimento, investindo na melhoria e na qualidade de nossa principal missão: o atendimento à população vulnerável.

Às vésperas de completar 25 anos, o órgão mais recente do sistema de justiça tem investido cada vez mais no cidadão gaúcho e tem se preparado para atender às demandas sociais que chegam às suas portas.

Superamos a marca de 1 milhão de atendimentos/ano e inauguramos 13 novas sedes, totalmente adaptadas para atender, de forma humanizada, à população. Na área dos concursos, seguimos com as nomeações de técnicos e analistas aprovados no último certame e iniciamos a seleção de novos defensores públicos por meio de novo concurso, que está em andamento. Entramos na fase final de execução do Projeto de Modernização Institucional (PMI), iniciado em 2014, que objetiva o fortalecimento institucional, a estruturação física, a automação e informatização e a capacitação de pessoas, com recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

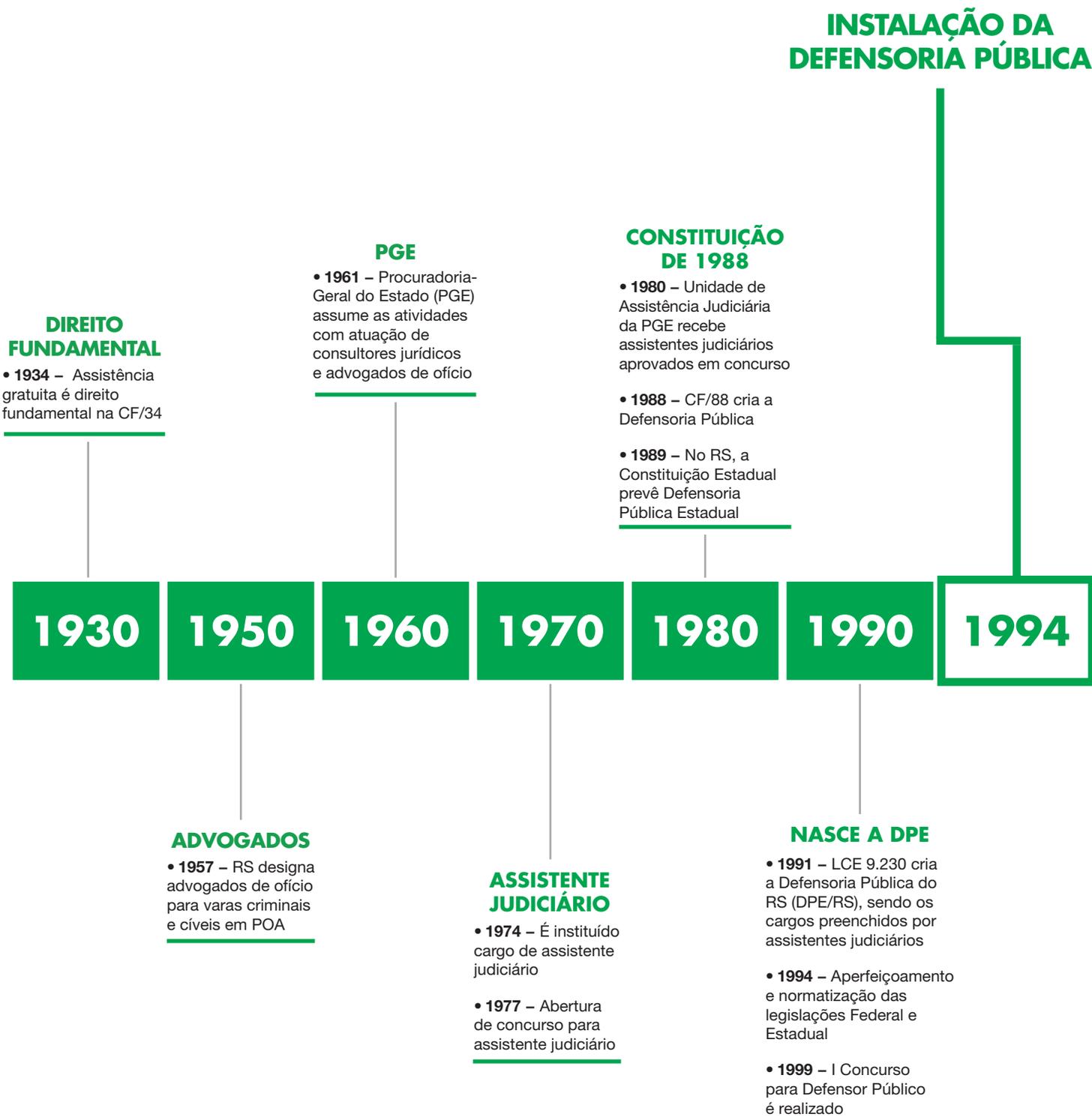
Como parte integrante do programa de modernização, encontra-se o Planejamento Estratégico da Defensoria Pública 2016-2021, que tem como objetivos centrais o fortalecimento da imagem institucional e a redução da exclusão social por meio do acesso à justiça, observada a missão institucional de atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito, com vistas ao reconhecimento pela sociedade como instituição de excelência.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso prioritário de ampliar as práticas de atuação extrajudicial, com o objetivo de reduzir a judicialização. Neste ano, lançamos o projeto da Câmara de Conciliação, que pretende estimular e educar a população a resolver seus problemas sem precisar instalar o litígio por meio de um processo judicial. Ainda, na área do Direito das Famílias, a Câmara de Mediação Familiar iniciou o projeto da Oficina das Famílias, com foco na educação em direitos.

Neste cenário de ampliação exponencial da demanda, nosso compromisso é promover a modernização da gestão administrativa, com o objetivo de otimizar e racionalizar os recursos públicos, para atender mais e melhor a população gaúcha.

Cristiano Vieira Heerdt
Defensor Público-Geral do Estado

Linha do Tempo 1930 - 2018



GRANDES AVANÇOS

- Nomeação de servidores do II Concurso Público
- Criada a Câmara de Conciliação
- Consolidação da autonomia financeira e orçamentária da Defensoria Pública
- Modernização da fachada do prédio-sede

FORTALECIMENTO

- Emenda Constitucional 80 determina que Estados dotem todas as comarcas de defensores públicos
- Abertura do IV Concurso para Defensor Público
- Aprovada Lei 14.554 que cria 44 cargos de defensor público
- Início do Projeto de Modernização Institucional com financiamento do BNDES

AUTONOMIA

- 2000 – 1ª turma de defensores públicos concursados toma posse
- 2002 – LCE 11.795 estabelece o Estatuto dos Defensores do RS
- 2005 – DPE/RS passa a ter autonomia administrativa, funcional e orçamentária
- 2005 – II Concurso para Defensor Público
- 2009 – Lei 13.224 cria 23 cargos de defensor público

SEGUINDO EM FRENTE

- Início da nomeação dos aprovados no IV Concurso para Defensor Público
- Criação do Projeto de Interiorização
- Remoção de 122 defensores públicos

2000

2010

2014

2015

2016

2017

2018

ESTRUTURAÇÃO

- 2010 – III Concurso para Defensor Público
- 2011 - Criação da Ouvidoria-Geral e Regulamentação do Conselho Superior
- 2011 – Lei 13.821 cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares
- 2012 – I Concurso Público para Servidores
- 2013 – Primeiros servidores concursados da DPE/RS tomam posse

PLANEJANDO O FUTURO

- Homologação do IV Concurso para Defensor Público
- Execução do Projeto de Modernização Institucional
- Lançamento do Planejamento Estratégico

CRESCIMENTO

- Posse de 24 novos defensores públicos
- Implementação do Planejamento Estratégico
- Instalação do Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC)
- II Concurso Público para Servidores

Histórico Institucional

O Rio Grande do Sul já possuía regramento jurídico acerca do acesso dos pobres aos tribunais na passagem do século XIX para o século XX. No entanto, foi somente em decorrência da Constituição de 1934 que o instituto da assistência judiciária ganhou novo patamar e consolidou-se como direito do cidadão e obrigação da União e dos Estados. A contar deste regramento, o RS instituiu um serviço governamental de assistência judiciária, assinalado com a criação do cargo de Consultor-Geral do Estado, pelo Decreto nº 5.950, de 19 de junho de 1935.

Posteriormente, o Decreto nº 17.114/65 instituiu o Departamento Jurídico Estadual, reunindo em um mesmo órgão as atribuições dos serviços de assistência judiciária e de consulta jurídica. Neste particular, foi criado o quadro de consultores jurídicos e de advogados de ofício da Consultoria-

Geral do Estado. Anos mais tarde, este passou a ser denominado Procuradoria-Geral do Estado e, em seu organograma, havia a Unidade de Assistência Judiciária.

Com a promulgação da Constituição Federal de 88, foi criada a Defensoria Pública em seu art. 134 e, com o disposto no art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi assegurado aos assistentes judiciários e advogados de ofício o direito de optar pela carreira de defensor público. No Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública surgiu no início da década de 90, criada pela Lei Complementar Estadual nº 9.230/91.

Todavia, apenas em 1994 o órgão foi implementado no Rio Grande do Sul nos moldes constitucionais, por meio da Lei Complementar nº 10.194/94.

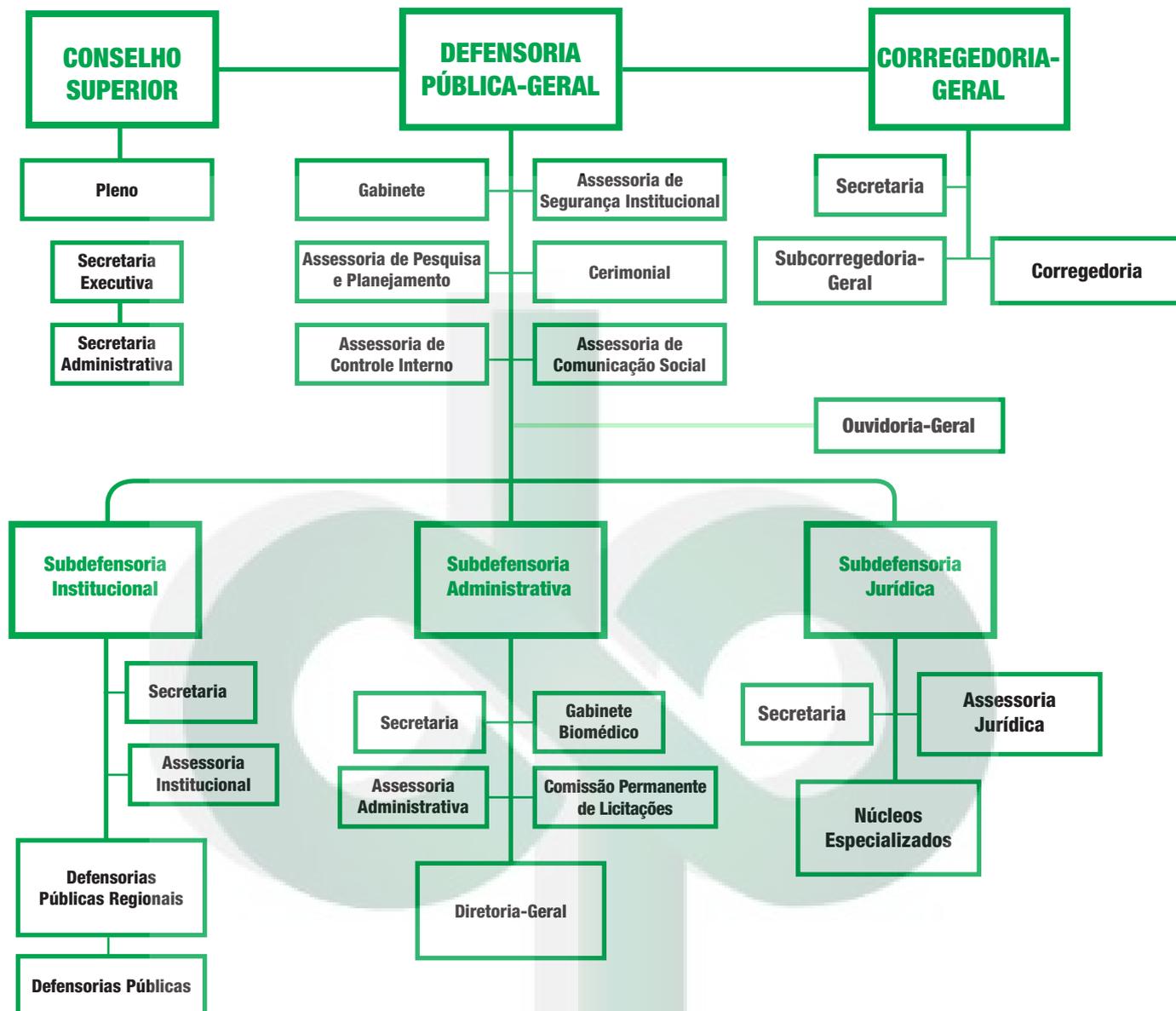
No âmbito federal, foi editada a Lei Complementar Federal nº 80/94, que instituiu a Lei Orgânica Nacional. No Estado, o primeiro concurso público para ingresso na carreira de defensor público aconteceu em 1999. Em 2005, a Emenda Constitucional Estadual nº 50/05 contemplou a Defensoria Pública com autonomia financeira, orçamentária, administrativa e funcional, além da iniciativa de lei e da eleição para a chefia institucional mediante lista tríplice. Em 2009, houve significativa modificação da Lei Orgânica Nacional, através da Lei Complementar Federal nº 132/09. Em 2014, a Emenda Constitucional nº 80/14 previu a expansão do atendimento a todas as unidades judiciárias do país no prazo de oito anos.

FONTE: A Defensoria Pública e o Acesso à Justiça Penal.
SOUZA, Fábio Luís Mariani.
Porto Alegre: Núria Fabris, 2011



Reprodução do Diário Oficial do Estado de 31 de maio 1994, que tratou da implementação da Defensoria Pública.

Estrutura



Atribuições dos Defensores Públicos

Os defensores públicos são agentes políticos com formação jurídica que ingressam na carreira mediante aprovação em concurso público. A legislação possibilita a atuação da Defensoria Pública em praticamente todas as áreas do Direito, com objetivo de assegurar o acesso à justiça a todos os cidadãos.

Os defensores públicos atuam nas seguintes áreas:

| | |
|-----------------------|---------------------------|
| Cível | Criminal |
| Família | Direitos Humanos |
| Saúde | Execução Penal |
| Consumidor | Ambiental |
| Criança e Adolescente | Violência contra a Mulher |
| Tributário | Regularização Fundiária |
| Administrativo | |

Entre as funções do defensor público estão:

- Prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos necessitados em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias.
- Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, dos consumidores, dos idosos, das pessoas com deficiência, das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e de outros grupos vulneráveis que mereçam especial proteção do Estado.
- Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como promover a difusão e a conscientização sobre direitos.
- Atuar em estabelecimentos penais e de internação de adolescentes, visando a assegurar o exercício pleno de direitos e garantias fundamentais.

Critérios de Atendimento

A Defensoria Pública presta atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade que encontrem dificuldades para exercer seus direitos. Dentre os critérios estão a vulnerabilidade econômica, por razão da **idade, gênero, estado físico e/ou mental**, e por circunstâncias **sociais, étnicas e/ou culturais**.

3

Renda familiar igual ou inferior a três salários-mínimos nacionais (ganhos brutos totais)

5

quando o assunto envolve o interesse de crianças e de adolescentes, o limite da renda é ampliado para cinco salários-mínimos.

Deduções para aferição da renda familiar:

- meio salário-mínimo por dependente;
- parcelas devidas por lei ou determinação judicial, tais como impostos incidentes sobre a renda, verbas previdenciárias e pensão alimentícia;
- gastos ordinários com a moradia familiar, tais como despesas de água e energia, condomínio, aluguel e financiamento imobiliário para a aquisição de bem de família, até o limite de um salário-mínimo nacional.



Administração Superior

São competências da Administração Superior: coordenar as atividades da Defensoria Pública, orientar sua atuação, representar a Instituição judicial e extrajudicialmente, assim como junto ao Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege). Diante de sua autonomia funcional administrativa e financeira, cabe à Administração Superior praticar atos de gestão, abrir concurso público e prover cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares, bem

como manter diálogo permanente com os demais Poderes e instituições de Estado, buscando sempre o fortalecimento e o aprimoramento do acesso à justiça ao cidadão hipossuficiente e/ou vulnerável.

A Defensoria Pública tem autonomia funcional, administrativa e financeira, respeitando os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Foco em Gestão de Pessoas

Com a finalidade de fornecer e desenvolver as competências necessárias aos defensores públicos que exercem a função de diretor regional, foram realizados encontros de capacitação para mais de 100 agentes. Autoconhecimento, liderança e gestão de pessoas foram os principais temas abordados, permitindo que os diretores realizem suas atividades com confiança, qualidade e capacidade técnica para cumprir metas. Ministradas por psicólogas, com foco em desenvolvimento de gestão e psicologia

organizacional, as capacitações trataram, também, sobre relacionamento interpessoal. Os agentes obtiveram qualificação profissional e pessoal, com o intuito de promover melhorias dentro das Defensorias Regionais, sobretudo no que diz respeito ao acolhimento da população carente. Foram trabalhados temas como descentralização administrativa, excelência de gestão, qualificação do ambiente funcional, humanização do atendimento, autoconhecimento, visão sistêmica e competências de liderança de equipe.



Capacitação de Defensores Públicos e Servidores

Com o objetivo de capacitar 100% dos defensores públicos e servidores, o projeto "Defensoria Qualifica", que segue até novembro de 2018, já cumpriu 85% do programa. Foram realizadas 219 das 253 turmas previstas, garantindo, no mínimo, 16 horas de capacitação para cada participante. Cursos como "Resiliência", "Administração do Tempo", "Gerenciamento de Conflitos" e "Inteligência Emocional" estão entre as capacitações e também cursos para todas as áreas especializadas da DPE/RS.

Pesquisa de Clima Organizacional

Prevista no Planejamento Estratégico (PED) e no Projeto de Modernização Institucional (PMI), a Pesquisa de Clima Organizacional mediu, de forma totalmente sigilosa e segura, a percepção dos membros e servidores sobre como é trabalhar na Instituição. O índice geral de satisfação foi positivo (66%). Após a divulgação dos resultados, os servidores reuniram-se para sugerir propostas para análise da Administração Superior, a fim de aprimorar o ambiente de trabalho em aspectos como qualidade de vida, jornada de trabalho, treinamento, procedimentos de trabalho e reconhecimento não financeiro.

Subdefensorias Públicas-Gerais

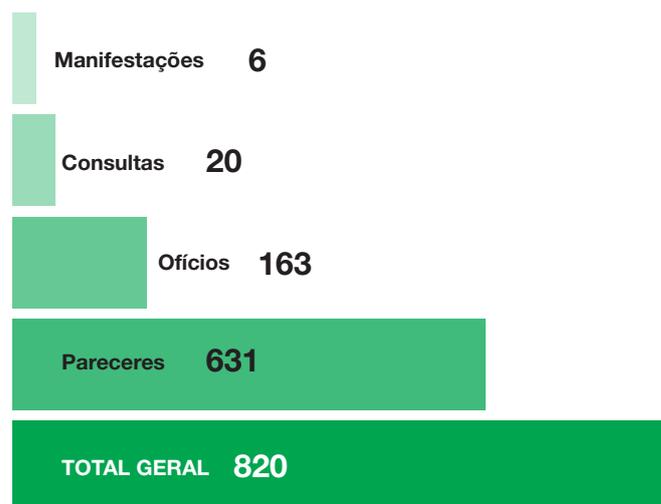
Subdefensoria Institucional

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais compete planejar, implementar e coordenar as atividades institucionais dos órgãos de administração, de atuação e de execução da Defensoria Pública, estabelecendo as rotinas e as escalas de trabalho e dirimindo dúvidas sobre aspectos de atuação, além de outras atribuições. Dentre essas, reúnem-se os dados estatísticos da Instituição, confeccionam-se despachos, pareceres, manifestações e ofícios nas solicitações de atividades extraordinárias, atentando-se à continuidade e à manutenção da qualidade do serviço público prestado. Este órgão de Administração Superior possui substancial atuação na implementação de medidas que visem a conferir maior eficiência à Defensoria Pública.

| | | | |
|---------------|------|------------------------------------|------|
| Pareceres | 76 | Flagrantes Encaminhados | 1765 |
| Manifestações | 232 | Regime de Exceção | 191 |
| Despachos | 68 | Júri Itinerante | 94 |
| Ofícios | 122 | Acumulações Analisadas | 193 |
| Memorandos | 20 | Substituições Analisadas | 2201 |
| Remoções | 33 | Encaminhamentos de Férias | 828 |
| Portarias | 594 | Encaminhamentos de Licenças-Prêmio | 118 |
| Fale Conosco | 3157 | | |

Subdefensoria Jurídica

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos compete a elaboração de anteprojetos de lei e o acompanhamento do processo legislativo das matérias de interesse e afetas à atuação da Defensoria Pública e a emissão de pareceres e manifestações em expedientes administrativos. A Subdefensoria Jurídica tem intensa atuação junto ao Parlamento Gaúcho, acompanhando a tramitação de projetos de lei e propostas legislativas de iniciativa da Defensoria Pública, bem como junto ao Tribunal de Contas. Além disso, atua na orientação e integração das atividades jurídicas desenvolvidas pelos defensores públicos, promovendo a integração e o intercâmbio entre os Núcleos Especializados, os quais estão sob sua coordenação.



Subdefensoria Administrativa

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos incumbe o planejamento, a coordenação e a execução da política administrativa da Instituição, de forma a promover o bom aparelhamento das instalações físicas das Defensorias Públicas Regionais localizadas na Capital e no interior do Estado. Incumbe-lhe, ainda, gerir o sistema de pessoal da Defensoria Pública do Estado, bem como coordenar as finanças da Instituição, participando, inclusive, da construção da proposta orçamentária, que envolve o planejamento e o estabelecimento de projetos e metas a serem executados no ano financeiro subsequente. O desafio está em implementar melhorias nas condições de atendimento aos assistidos e de trabalho dos defensores e servidores, de modo a consolidar o pleno acesso à justiça aos necessitados.

| | |
|--|-------|
| Pedidos analisados | 1.645 |
| Expedientes administrativos analisados | 552 |
| Novas sedes em funcionamento | 15 |

Nomeações II Concurso de Servidores

| Cargo | Nomeados | Empossados |
|----------|----------|------------|
| Analista | 109 | 80 |
| Técnico | 244 | 153 |

Conselho Superior

É o órgão da Administração Superior que desempenha atividades consultivas, normativas e decisórias. Foram realizadas oito reuniões ordinárias e uma extraordinária no período.

Realizações importantes

- Publicação da Resolução CSDPE nº 15/2017, que aprova o Regulamento do V Concurso para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- Publicação da Resolução CSDPE nº 16/2017, que regulamenta o processo eleitoral de formação da lista tríplice para o cargo de Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
- Homologação do Resultado Final do II Concurso Público para o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, por meio da Publicação de Decisão nº 07/2017.
- Publicação da Resolução CSDPE nº 02/2018, que regulamenta a distribuição e lotação dos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.
- Publicação da Resolução CSDPE nº 05/2018, que regulamenta o processo eleitoral de formação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
- Designação de defensores públicos para atuar em missão da força-tarefa do projeto “Defensoria Sem Fronteiras” em outros Estados da Federação.
- Realização do procedimento de formação da lista tríplice para o cargo de Corregedor-Geral da Defensoria Pública do

Corregedoria

A Corregedoria-Geral é o órgão da Administração Superior responsável pela orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública.

| AÇÃO | REALIZAÇÕES |
|--|-------------|
| Averiguações preliminares (Defensores e Servidores) | 39 |
| Sindicância (Defensores e Servidores) | 3 |
| Processos Administrativos Disciplinares (Defensores e Servidores) | 3 |
| Correições | 1 |
| Defensorias inspecionadas | 198 |
| Orientações | 52 |
| Normativas expedidas (Provimentos, Enunciados de Súmulas e Ofícios Circulares) | 5 |
| Defensores Públicos em Vitaliciamento | 49 |
| Relatórios Quadrimestrais de Vitaliciamento | 128 |
| Pareceres expedidos | 277 |
| Análise de justificativa para não interposição de recursos | 349 |
| Análises propostas de alteração de atribuições e criação de Defensorias Públicas | 13 |

Principais ações

Atuação efetiva junto ao Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais; participação ativa na capacitação dos defensores públicos nomeados em 2017; e presença registrada em vários eventos institucionais e interinstitucionais, com intercâmbio de informações. No período de out/17 a set/18, a Corregedoria-Geral inspecionou 42,95% das 461 Defensorias Públicas.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um espaço de escuta qualificada que promove a interlocução com a sociedade civil, fortalece a cidadania incentivando a participação social e atua em prol da melhoria dos serviços prestados pela Defensoria Pública. É instrumento de democratização do acesso à justiça.

Ações do período

Destacam-se os projetos “Ouvindo a Vila”- bairros Sarandi e Agronomia/POA e “Ouvindo o Povo de Terreiro” - Passo Fundo e Alvorada. No tema da violência doméstica, o Curso de Atualização das Promotoras Legais Populares, ministrado em parceria com a Themis Gênero Justiça e Direitos Humanos e CCDH/AL, capacitou lideranças comunitárias de diversas regiões da Capital. Além disso, foram executadas inúmeras diligências relativas a intolerância religiosa, racismo, moradia, população em situação de rua, prisional e LGBT+.

Atendimentos em 2018

10 Denúncias

30 Elogios

52 Sugestões

700 Informações

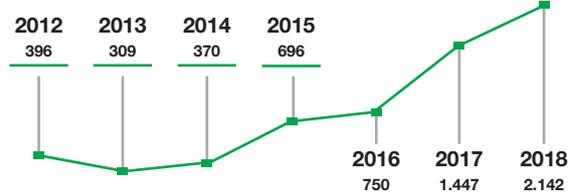
1.350 Reclamações

O número de atendimentos na Ouvidoria aumentou¹

33%

¹Em relação ao mesmo período do ano passado

Atendimentos realizados pela Ouvidoria



Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento

É órgão vinculado ao Gabinete da Defensoria Pública- Geral, com o objetivo de promover a qualificação dos membros e servidores da Defensoria Pública, bem como a educação em direitos. A missão da Defensoria Pública exige condições de excelência técnica de seus agentes e órgãos auxiliares, proporcionada por programas de acolhimento, bem como de educação permanente, visando ao aperfeiçoamento técnico-profissional tanto na área jurídica, como na área de gestão.

Capacitações Núcleos Especializados

Foram realizados três cursos de capacitação, atingindo cerca de 200 participantes: "Atuação para uma adolescência não conflitante com a lei"; "Execução penal e garantia dos direitos humanos"; e "Novo paradigma de atuação cível: o Defensor Conciliador".

Programa "Defensoria Qualifica" DPE-Senac/RS

No período, foram realizados 25 cursos, em 219 turmas, totalizando uma carga horária de 1.739 horas. Houve disponibilização de quase 3 mil vagas, em 25 cursos, totalizando 2.824 inscritos entre abril e setembro de 2018, em 22 cidades do RS.

Capacitações Programa de Acolhimento de Novos Servidores

No período, foram realizadas sete turmas, com participação de 206 pessoas, em um total de 204 horas.

Capacitações Externas

Foram realizadas duas novas turmas do projeto "Virando a Página", programa de educação em direitos destinado a adolescentes da Fase, totalizando 19 jovens participantes. Além disso, foram realizados dois minicursos do programa "Paz com Voz" (Racismo e Intolerância Religiosa e Atualização das Promotoras Legais Populares), somando 67 participantes.

Revista da Defensoria

Duas edições publicadas: 19ª Edição (ago-dez 2017) e 20ª Edição (jan-abr 2018).



Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção

É responsável pela área de projetos, execução e manutenção das Defensorias Regionais e pela modernização do prédio-sede da DPE/RS. Desenvolve suas atividades técnicas em projetos arquitetônicos, elétricos, de climatização, de acessibilidade, de rede lógica e de comunicação visual, além de elaborar Termos de Referência para fornecimento de materiais, contratação de serviços, pareceres e laudos técnicos de imóveis para novas locações e entrega de imóveis alugados.

Realizou 15 projetos e executou a estruturação de 15 novas instalações (sedes regionais). Avaliou, elaborou e coordenou 28 ações de manutenção das instalações utilizadas pelas Defensorias Regionais. Realizou avaliação, elaboração e execução de 22 adequações de *layout* em sedes regionais. Elaborou projetos e fiscalizou os serviços de execução na implantação prevista no Projeto de Modernização Institucional (PMI), como revitalização da fachada e serviços de reforma da subestação do prédio-sede, entre outros.

Diretoria de Tecnologia da Informação

Atua com foco na prestação de serviços de Tecnologia da Informação para a DPE/RS, abrangendo os sistemas das áreas meio e fim, equipamentos de processamento, transmissão e armazenamento de dados, além dos serviços de telefonia. No período, realizou ações voltadas ao fornecimento de serviços de maior qualidade aos mais de 2 mil usuários e à entrega de valor à Defensoria, em alinhamento às estratégias traçadas no Plano Diretor de TI (PDTI) e no Planejamento Estratégico da Defensoria (PED). Com a instalação de novos servidores de rede no *data center*, foi possível atender a uma série de novas demandas, como sistema de *business intelligence (BI)*, votação eletrônica, além de novas funcionalidades no Portal da Defensoria, principal sistema da Instituição. Além disso, foram adquiridos 140 novos microcomputadores e instaladas 109 impressoras multifuncionais no modelo de *outsourcing*. Por meio da Central de Serviços de TI, foram realizados mais de 18 mil atendimentos de chamados, com um percentual de satisfação de 98%.

Diretoria de Logística

Realiza o planejamento, a coordenação e a orientação das unidades de Patrimônio, de Material e Almoxarifado, de Protocolo, Expedição e Arquivo, de Serviços Gerais e Administração Predial, e de Transportes e Manutenção de Veículos, assim como a gestão das rotas de atendimento, revitalização e manutenção das sedes da Defensoria e padronização dos bens e materiais da Instituição. É responsável pela elaboração de Termos de Referência para compra de materiais permanente e de expediente, gestão e fiscalização dos contratos de limpeza, manutenção predial, portaria e pelos contratos de locação das Defensorias Regionais, além de dar suporte e apoio em mutirões e eventos. No período, foram realizados 2.834 atendimentos (manutenção, informática, materiais e ressarcimentos de serviços) e foram entregues 15 novas sedes regionais. Há 174 locais de atuação da Defensoria Pública atendidos pela Diretoria de Logística.

Núcleos Especializados

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul conta com Núcleos Especializados que prestam apoio operacional aos defensores públicos. Promovendo a atuação institucional harmônica e o aprimoramento das atribuições institucionais, os Núcleos estimulam a integração e o intercâmbio permanente entre os agentes. Além disso, estimulam a solução extrajudicial de litígios e a celebração de convênios, dentro de suas áreas de abrangência.

Atuação em destaque

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (Nuddh)

Desenvolveu atividades na área de proteção e defesa dos direitos humanos, atuando no tratamento preventivo e reparatório, judicial e extrajudicial, de graves violações de direitos humanos, em especial quanto a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. Instaurou cinco Procedimentos de Apuração de Danos Coletivos (Padac); 106 Procedimentos para Apuração de Danos Individuais (Padin); 27 Expedientes Avulsos; acompanhou cerca de 115 casos sem que fosse instaurado expediente; e ajuizou 12 ações. O Dirigente participa de 15 comissões, conselhos e comitês externos relacionados à temática.

Núcleo de Defesa dos Direitos das Famílias (Nudefam)

O Direito das Famílias representa a maioria dos atendimentos prestados pela Defensoria Pública e faz com que o trabalho apresente forte estrutura de apoio, seja para buscar repositório jurídico, seja para promover inovações nas técnicas de atendimento ao público. O Núcleo estimula a adoção de métodos de resolução extrajudicial de conflitos na área, bem como desenvolve projetos com os demais Núcleos.

Núcleo de Defesa Cível (Nudec)

A principal realização foi a criação da Câmara de Autocomposição de Conflitos Cíveis, que visa à promoção da solução extrajudicial dos conflitos, com especial atenção ao tratamento do superendividamento da população gaúcha. Foram realizadas reuniões com instituições e empresas, tornando-as parceiras da Câmara. De junho a setembro, foram realizados 999 atendimentos, com encaminhamentos diversos, alcançando quase 83% de acordos nas 34 sessões realizadas.

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca)

Atua na representação da DPE em órgãos públicos, grupos de trabalho e discussões interinstitucionais afetos ao Direito da Criança e do Adolescente, na interlocução com a sociedade civil e no suporte técnico-jurídico aos defensores públicos. Além disso, executa o projeto "Pai Presente", em Porto Alegre, oportunizando a realização de exames de DNA extrajudicialmente, para a aferição da paternidade de crianças em situação de sub-registro.

Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem)

Foram realizadas ações de promoção dos direitos das mulheres, como roda de conversa com representantes da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, mutirão de orientação jurídica oferecendo educação em direitos, encaminhamento às redes de assistência social e de proteção e campanha em homenagem ao mês da mulher, narrando a trajetória de dez personagens femininas, cinco que fizeram história e outras cinco que lutam por dignidade no presente.

Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep)

Coordenou, pelo segundo ano consecutivo, com a equipe do projeto Defensoria Itinerante no Sistema Prisional (Disp), mutirões de atendimento aos presos recolhidos no sistema prisional gaúcho. Foram atendidos individualmente todos os detentos recolhidos no Presídio Estadual de Espumoso, bem como revisada a situação jurídica dos PECs. Foram realizadas inspeções nas casas prisionais de Espumoso e de Venâncio Aires, a fim de verificar a situação estrutural. Acompanhou a situação dos presos mantidos ilegalmente em Delegacias de Polícia e nos Centros de Triagem e atuou para a efetivação do direito ao voto dos presos provisórios.

Núcleo de Defesa da Saúde (Nuds)

Prestou especial atenção à rede de contatos com os setores públicos da saúde, visando à otimização da assistência, à melhoria na prestação de serviço à população e à redução de demandas judiciais. Por meio de orientações e informativos, atuou em cerca de 300 demandas com elaboração/compilação de materiais, que subsidiaram pedidos administrativos e judiciais em demandas individuais de saúde. Entre os meses de janeiro e agosto de 2018, foram realizados, em Porto Alegre, 869 atendimentos e judicializados 98 pedidos, apenas 11%.

Núcleo de Defesa Criminal (Nudecrim)

Buscou acordo com a Susepe para facilitar a comprovação da situação de presa gestante ou mãe de criança até 12 anos ou de pessoa com deficiência, para fins de pedido de liberdade. Ampliou o banco de jurisprudência, peças e teses, direcionando os estudos para temas recorrentes e necessários à atuação da Instituição. Orientou membros da DPE/RS quanto à *novatio legis in melius* do crime de roubo cometido com arma branca pela Lei nº 13.654/18. Atuou e apoiou a normatização dos casos de delação premiada e acompanhou a tentativa de resolução da situação dos presos mantidos ilegalmente em Delegacias.

Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas (Nudecontu)

Desenvolve atividades especializadas, atuando de forma pró-ativa na defesa dos direitos do consumidor e em ações coletivas. Destaca-se a atuação em atividades integradas, visando à melhoria das relações consumeristas, tais como a abertura de canais de comunicação para solução extrajudicial e composição das diversas demandas. No período, foram realizadas cerca de 20 reuniões, expedidos 12 ofícios, propostas sete medidas judiciais, três soluções extrajudiciais, entre outras atividades.

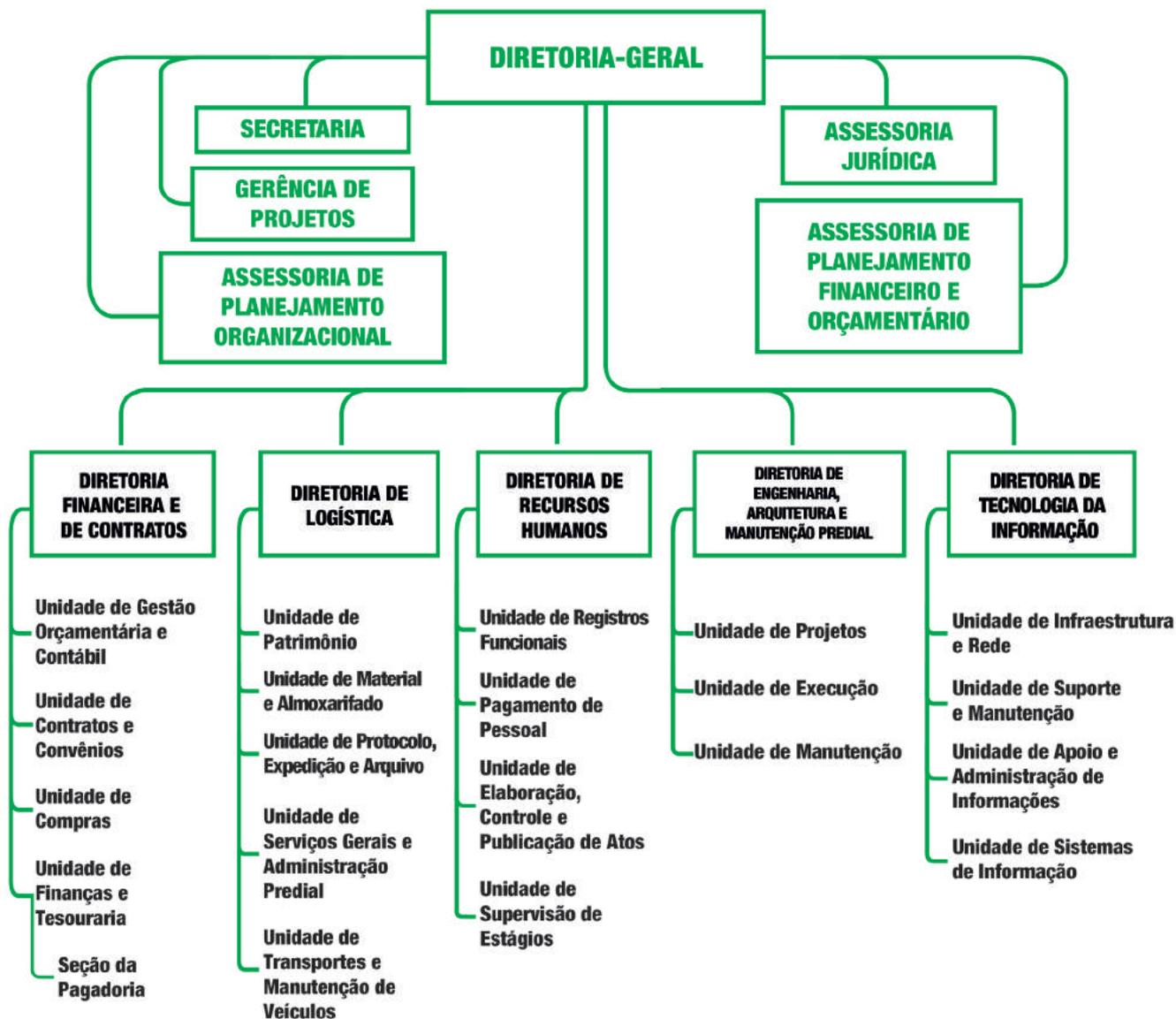
Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (Nudeam)

Com foco no atendimento das populações mais vulneráveis e na temática da moradia digna, realizou mais de cem reuniões com entidades civis e públicas, visitas *in loco* nas áreas ocupadas, bem como 30 audiências para mediação e solução dos conflitos fundiários, além do encaminhamento de solicitações para iniciar procedimentos de regularização de áreas. Ajuizou petições iniciais da Vila Safira e da comunidade Dom Pedro. Destaca-se o ingresso de duas manutenções de posse em favor da população de rua e ação para impedir o abuso de direito e garantir a dignidade desta população carente.

Núcleo de Defesa Ambiental (Nudam)

Entre as principais ações do Núcleo estão a participação e a atuação no Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA), que é um espaço para debate de questões relacionadas ao tema. Também apoiou ações e projetos do programa "Defensoria Sustentável", que estimula ações de sustentabilidade e de consumo consciente dentro e fora da Instituição.

Organograma Administrativo



A Defensoria Pública
presta orientação jurídica
integral e gratuita.

**NÚMEROS E
ATENDIMENTOS**

"Necessita de internação ou não tem condições de pagar por medicamentos? Não obteve vaga em creches? Superendividamento? Divórcio? Pensão? Acusado de crime? Sofreu violência doméstica ou discriminação racial ou homofóbica? Precisa regularizar a moradia? A Defensoria Pública existe para defender e fazer valer os direitos do cidadão, sejam individuais ou coletivos, em qualquer região do Estado."

IDENTIDADE DE GÊNERO

Estado faz primeira retificação de nome após decisão do STF

Evelyn Mendes teve o apoio do Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria para realizar o processo

Laura Franco

jornaldalei@jornaldocomercio.com.br

“Te dá um novo ânimo pra vida, te dá uma vida nova de fato.” É assim que Evelyn Mendes, analista de sistemas e primeira mulher transexual no Estado a retificar o nome em cartório após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), descreve a sensação que teve ao obter seu novo documento de identidade. A decisão, que permite alterar o gênero no registro civil, é de março deste ano. A partir dela, os interessados podem se dirigir a um cartório e solicitar a mudança, sem necessidade de comprovar sua condição ou de ter feito cirurgia de mudança de sexo, bastando somente a autodeclaração. Também não é mais preciso buscar a retificação judicialmente.

Era justamente esse caminho judicial que criava uma barreira para Evelyn. Com a negativa recebida por algumas amigas, parecia cada vez mais difícil. “Por não haver legislação, o juiz podia pedir o que quisesse, e isso se tornava, em várias situações, abusivo”, lamenta.

Foi aí que Evelyn ficou sabendo

do mutirão da Defensoria Pública do Estado, que estava organizando a documentação de pessoas trans que queriam fazer a retificação. Decidiu participar, mas, por causa de compromissos pessoais, acabou deixando de lado o encaminhamento. Por isso, foi surpreendida quando recebeu uma ligação do Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria (CRDH), que a alertou sobre a nova possibilidade gerada a partir da decisão do STF.

O CRDH, então, passou a gerar ofícios que explicavam a novidade e a decisão do Supremo, garantindo que os cartórios deveriam realizar esses processos. “Muitas vezes, o registrador pode não ter conhecimento da lei. É buscando concretizar a decisão e evitar negativas que elaboramos e encaminhamos esse ofício”, explica a defensora pública Anna Carolina Meira Ramos.

O pedido, então, foi protocolado no Cartório de Registro Civil da 5ª Zona, pelo escritório que atende Evelyn. De acordo com Gabriela Souza, advogada e sócia-fundadora do escritório, a intenção da mediação foi evitar qualquer constrangimento à solicitante. “Tínhamos nossas ressalvas, mas fomos muito bem atendidas desde o primeiro momento”, garante a advogada.

A partir daí, Evelyn buscou a documentação, que envolvia somente certidões de negativas dos tri-

bunais, documentos que conseguiu obter com facilidade pela internet. Em poucos dias, estava em frente ao oficial do cartório, Arioste Schnorr, para obter sua certidão. De acordo com ele, que também é presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Rio Grande do Sul (Arpen-RS), a decisão do STF é autoaplicável, ou seja, não exige regulamento para começar a vigorar.

Evelyn embarga a voz ao relembrar o momento que pegou em mãos sua nova certidão. Esse documento, chamado de certidão de inteiro teor, é que possibilita refazer o RG e a alterar o CPF. Sobre o tempo de demora durante o processo, brinca: “Não deu nem tempo de treinar minha nova assinatura”. Agora, ela pretende refazer a carteira de trabalho e, finalmente, ter todos os documentos de acordo com sua identidade. “A experiência toda tem sido muito boa”, comemora.

Para Evelyn, a retificação abre portas e diminui preocupações. “Sempre foi uma ansiedade depender do nome social, já que a obrigatoriedade é específica para órgãos públicos, então acabamos dependendo da boa vontade das pessoas”, explica. Com o RG, ela se diz mais segura para fazer qualquer tipo de atividade. “A intolerância e o preconceito, infelizmente, não mudam, mas estamos dando pequenos passos.”



LUZIA PRADO/IC

Para Evelyn, documento abre perspectivas de ‘uma nova vida’

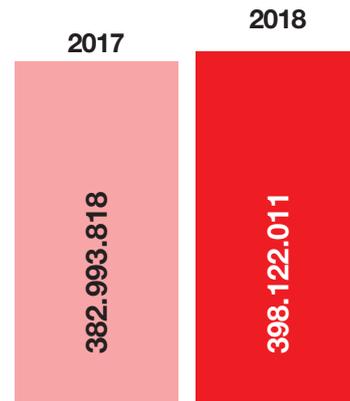
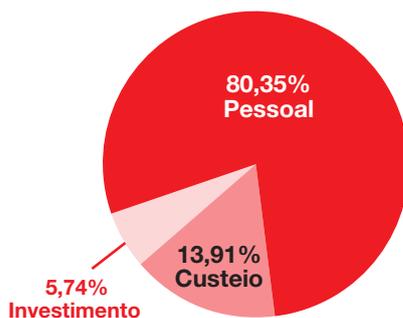
Orçamento

Orçamento por Tipo de Despesa

Evolução Orçamentária (R\$)

| Evolução do Orçamento da DPE/RS (R\$) | | |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Orçamento | 2017 ¹ | 2018 ² |
| Pessoal | 286.534.112 | 319.880.135 |
| Custeio | 73.396.907 | 55.390.814 |
| Investimento | 23.062.799 | 22.851.062 |
| Total | 382.993.818 | 398.122.011 |
| Varição Anual | 3,95% | |

¹Dados de 31/12/2017
²Dados de 30/09/2018



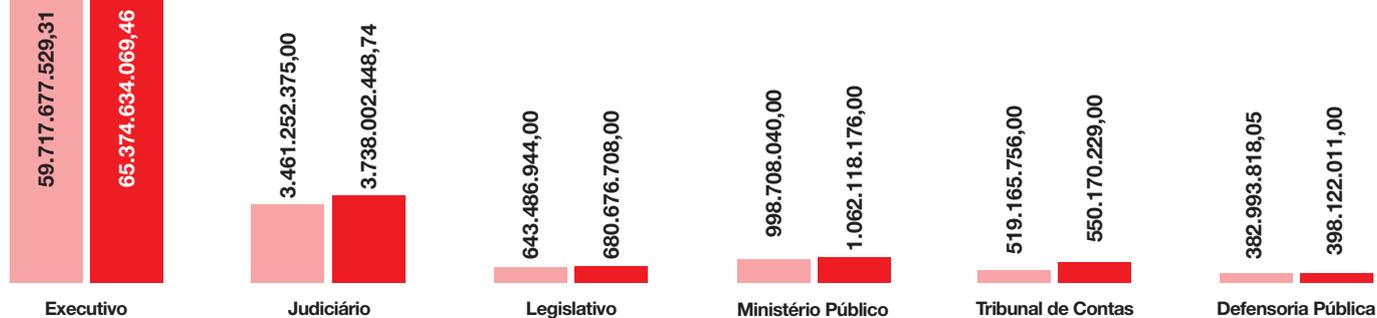
Dotação Orçamentária

Dotação Orçamentária dos Poderes (R\$)

2017 2018

| Poder | 2017 ¹ | 2018 ² | Representação % |
|--------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------|
| Executivo | 59.717.677.529,31 | 65.374.634.069,46 | 91,05 |
| Judiciário | 3.461.252.375,00 | 3.738.002.448,74 | 5,21 |
| Legislativo | 643.486.944,00 | 680.676.708,00 | 0,95 |
| Ministério Público | 998.708.040,00 | 1.062.118.176,00 | 1,48 |
| Tribunal de Contas | 519.165.756,00 | 550.170.229,00 | 0,77 |
| Defensoria Pública | 382.993.818,05 | 398.122.011,00 | 0,55 |
| Total | 65.723.284.462,36 | 71.803.723.642,20 | 100,00 |

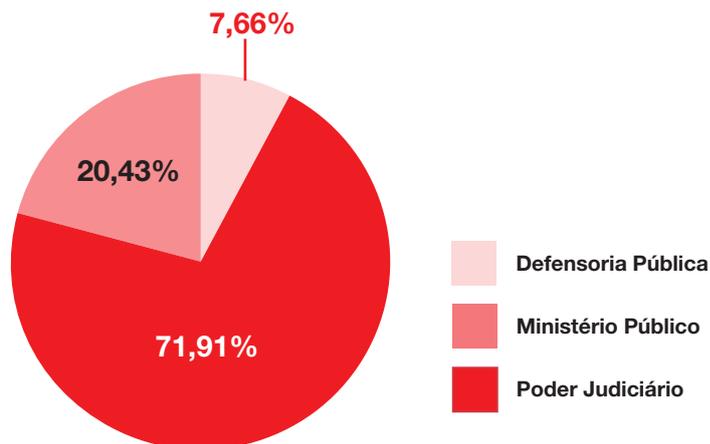
¹Dados de 31/12/2017
²Dados de 30/09/2018



Orçamento 2018 do Sistema de Justiça

Dotação Orçamentária do Sistema de Justiça

| Órgão | Orçamento 2018 | % Representação |
|--------------------|-------------------------|-----------------|
| Poder Judiciário | 3.738.002.448,74 | 71,91 |
| Ministério Público | 1.062.118.176,00 | 20,43 |
| Defensoria Pública | 398.122.011,00 | 7,66 |
| Total | 5.198.242.635,74 | 100 |



| Projeto | Dotação Alteração | Empenhado | Saldo a Empenhar |
|---|--------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 2961 - Atendimento Jurídico e Judicial à População Carente | 4.600,00 | - | 4.600,00 |
| 2979 - Contribuição Patronal FAS/RS - Ativos - DPE | 2.420.624,24 | 1.432.248,70 | 988.375,54 |
| 5896 - Modernização Estrutural - PMAE - BNDES | 16.400.000,00 | 5.307.412,65 | 11.092.587,35 |
| 5932 - Aparelhamento da Defensoria Pública | 2.851.062,00 | 795.974,00 | 2.055.088,00 |
| 5933 - Aquisições, Construções, Instalações e Reformas - Unidade Atendimento e Sedes ADM DPE | 2.349.000,00 | 120.938,67 | 2.228.061,33 |
| 6308 - Remuneração do Pessoal Ativo - DEFPUB | 220.266.294,82 | 139.537.023,09 | 80.729.271,73 |
| 6365 - Contribuição Patronal do Fundo de Assistência à Saúde (FAS/RS) - Inativos/Pensionistas - DPE | 2.254.173,09 | 1.275.879,60 | 978.293,49 |
| 6391 - Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura - DEFPUB | 39.817.500,00 | 35.417.707,81 | 4.399.792,19 |
| 6673 - Publicidade Institucional - DEFPUB | 200.000,00 | 5.500,00 | 194.500,00 |
| 6755 - Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura - DPE/FADEP | 4.993.000,00 | 2.098.134,42 | 2.894.865,58 |
| 6808 - Indenizações, Restituições e Auxílios a Pessoal Ativo - DEFPUB | 10.126.714,00 | 6.278.719,77 | 3.847.994,23 |
| 8112 - Aparelhamento da Defensoria Pública - FADEP | 1.500.000,00 | 1.047.529,50 | 452.470,50 |
| 8316 - Contribuição Patronal ao RPPS - DPE | 53.829.399,16 | 30.539.032,69 | 23.290.366,47 |
| 8317 - Complementação Financeira ao RPPS - DPE | 33.753.292,12 | 8.858.839,54 | 24.894.452,58 |
| 8416 - Contribuição Patronal para o FUNDOPREV - Civil - DPE | 6.956.351,57 | 5.306.182,05 | 1.650.169,52 |
| 8562 - Regime de Previdência Complementar/RS - DPE | 400.000,00 | 109.585,52 | 290.414,48 |
| Total Geral | 398.122.011,00 | 238.130.708,01 | 159.991.302,99 |

Compras Realizadas

| Modalidade | Out/2014 a Set/2015 | | | Out/2015 a Set/2016 | | | Out/2016 a Set/2017 | | | Out/2017 a Set/2018 | | |
|----------------------------------|---------------------|----------------------|------------|---------------------|----------------------|------------|---------------------|---------------------|------------|---------------------|---------------------|------------|
| | Quant. | Valor (R\$) | % | Quant. | Valor (R\$) | % | Quant. | Valor (R\$) | % | Quant. | Valor (R\$) | % |
| Adesão Atas de Registro de Preço | 59 | 941.442,64 | 6,50 | 9 | 328.673,66 | 1,92 | 2 | 187.611,83 | 1,99 | 7 | 1.192.231,80 | 15,11 |
| Concorrência | 1 | 1.275.000,00 | 8,80 | 1 | 6.859.564,47 | 40,12 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Convite | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Dispensa | 12 | 100.769,36 | 0,70 | 18 | 151.802,71 | 0,89 | 17 | 2.267.863,74 | 24,01 | 8 | 155.763,92 | 1,97 |
| Inexigibilidade | 6 | 21.115,03 | 0,15 | 0 | 0,00 | 0,00 | 5 | 85.070,00 | 0,90 | 3 | 154.039,60 | 1,95 |
| Pregão | 50 | 12.144.168,19 | 83,85 | 54 | 9.759.447,20 | 57,07 | 53 | 6.905.852,05 | 73,11 | 63 | 6.389.267,07 | 80,97 |
| Total | 128 | 14.482.495,22 | 100 | 82 | 17.099.488,04 | 100 | 77 | 9.446.397,62 | 100 | 81 | 7.891.302,39 | 100 |

Recursos Humanos

As principais ações da Diretoria de Recursos Humanos no período foram a nomeação e a melhoria do acolhimento de servidores públicos aprovados no II Concurso Público para o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da DPE; o levantamento da situação atual dos registros de ponto dos servidores e proposição de nova regulamentação desses; o estudo e a devida aquisição de uma solução de frequência, objetivando o controle do ponto dos servidores e estagiários; o estudo e a licitação de aquisição de sistema de Gestão de Pessoas; a contratação de empresa especializada e a realização da primeira Pesquisa de Clima Organizacional.

Além disso, o setor atuou no gerenciamento (digital e físico) da vida funcional dos defensores públicos, servidores, estagiários e adidos, fez lançamentos de substituições, acumulações, averbações de tempo de serviço, licenças e demais registros com impacto em folha de pagamento, realizou interação sobre legislação e procedimentos relativos ao eSocial, como a qualificação cadastral dos defensores e servidores, que será implementado nos órgãos públicos em 2019. Também realizou o ingresso e o controle dos estagiários, confeccionou atos para publicação no Diário Eletrônico, realizou a manutenção do Termo de Cooperação junto ao SPM/TCE para perícias médicas de defensores públicos e servidores e contratou a empresa Techne para a criação da empresa RHE, em mais um passo para a autonomia institucional da Defensoria Pública do Estado.

Defensores Públicos

| Quadro Demonstrativo dos Defensores Públicos | | | | |
|--|------------|------------|-----------|-------------|
| Classe | Lotação | Providos | Vagos | Aposentados |
| Inicial | 156 | 100 | 56 | 100 |
| Intermediária | 86 | 86 | 0 | 37 |
| Final | 114 | 114 | 0 | 13 |
| Especial | 108 | 108 | 0 | 92 |
| Totais | 464 | 408 | 56 | 242 |

| Defensores Públicos | | | |
|---------------------|------------|------------|------------|
| Faixa Etária | Total | Homens | Mulheres |
| 26-30 | 28 | 10 | 18 |
| 31-35 | 72 | 28 | 44 |
| 36-40 | 118 | 48 | 70 |
| 41-45 | 95 | 38 | 57 |
| 46-50 | 58 | 25 | 33 |
| 51-60 | 26 | 12 | 14 |
| 61-70 | 10 | 2 | 8 |
| 71-75 | 1 | 0 | 1 |
| Total geral | 408 | 163 | 245 |

| Período de 1º/10/2017 a 30/09/2018 | |
|-------------------------------------|------------------|
| Maior quantidade provida no período | 410 (1º/10/2018) |
| Vacâncias | 0 |
| Aposentadorias | 2 |

No período, ainda houve capacitação dos servidores da Diretoria de RH, estruturação e viabilização da regulamentação referente à saúde e ao bem-estar dos defensores e servidores, bem como o início da reestruturação da Diretoria de Recursos Humanos para fins de adequação às novas demandas que se estabelecerão no âmbito da Gestão de Pessoas.

Servidores

| Relatório Quadro Administrativo (30/09/18) | | | |
|--|---------|----------|-------|
| Cargos efetivos | Lotação | Providos | Vagos |
| Analista | 255 | 207 | 48 |
| Técnico | 455 | 225 | 230 |

| Outros vínculos | | |
|--------------------|----|----|
| Cargos em Comissão | 67 | 87 |
| Adidos | 20 | |

| | Nomeações | Posses |
|-----------|-----------|--------|
| Analistas | 104 | 80 |
| Técnicos | 215 | 153 |

| Exonerações | | |
|-------------|----|----|
| Analistas | 19 | 56 |
| Técnicos | 37 | |

| Nomeações Judiciais | | |
|---------------------|---|---|
| Analistas | 0 | 0 |
| Técnicos | 0 | |

| Órgão Auxiliar | | | |
|----------------|---------|---------|------|
| Cargo | Lotação | Provido | Vago |
| Ouvidor-Geral | 1 | 1 | 0 |

| Quadro Administrativo | | | |
|-----------------------|------------|------------|------------|
| Faixa Etária | Total | Homens | Mulheres |
| 20-25 | 43 | 22 | 21 |
| 26-30 | 197 | 84 | 113 |
| 31-35 | 134 | 53 | 81 |
| 36-40 | 91 | 52 | 39 |
| 41-45 | 38 | 22 | 16 |
| 46-50 | 23 | 10 | 13 |
| 51-60 | 14 | 9 | 5 |
| 61-70 | 1 | 1 | 0 |
| Total geral | 363 | 161 | 202 |

840
estagiários
em 30/09/2018

Concurso e Nomeações

Defensores Públicos

Em março de 2018, foi lançado o edital de abertura do V Concurso Público de Provas e Títulos para o Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul. O certame tem como objetivo suprir 50 vagas, previstas no edital, proporcionando a ampliação do acesso à justiça e a qualidade do atendimento à população gaúcha. Mais de 7 mil pessoas se inscreveram.

A primeira fase, composta por prova objetiva, ocorreu em junho. A segunda fase, prova discursiva, ocorreu em setembro, restando, ainda, as provas oral e de tribuna, além dos exames psicotécnicos. De acordo com a Comissão do Concurso, a perspectiva é de que o resultado final seja divulgado no fim do ano de 2019.



Servidores

Em fevereiro de 2018, a Defensoria Pública deu início às nomeações de servidores do II Concurso Público, homologado em dezembro de 2017, sem nenhuma intercorrência. No período, foram nomeados 215 técnicos e 104 analistas, sendo que 153 técnicos e 80 analistas tomaram posse.

Todas as regiões do Estado receberam novos servidores, o que proporcionou mais agilidade e qualidade no atendimento à população vulnerável que necessita dos serviços da Defensoria Pública.



Atendimentos

Do total de atendimentos,

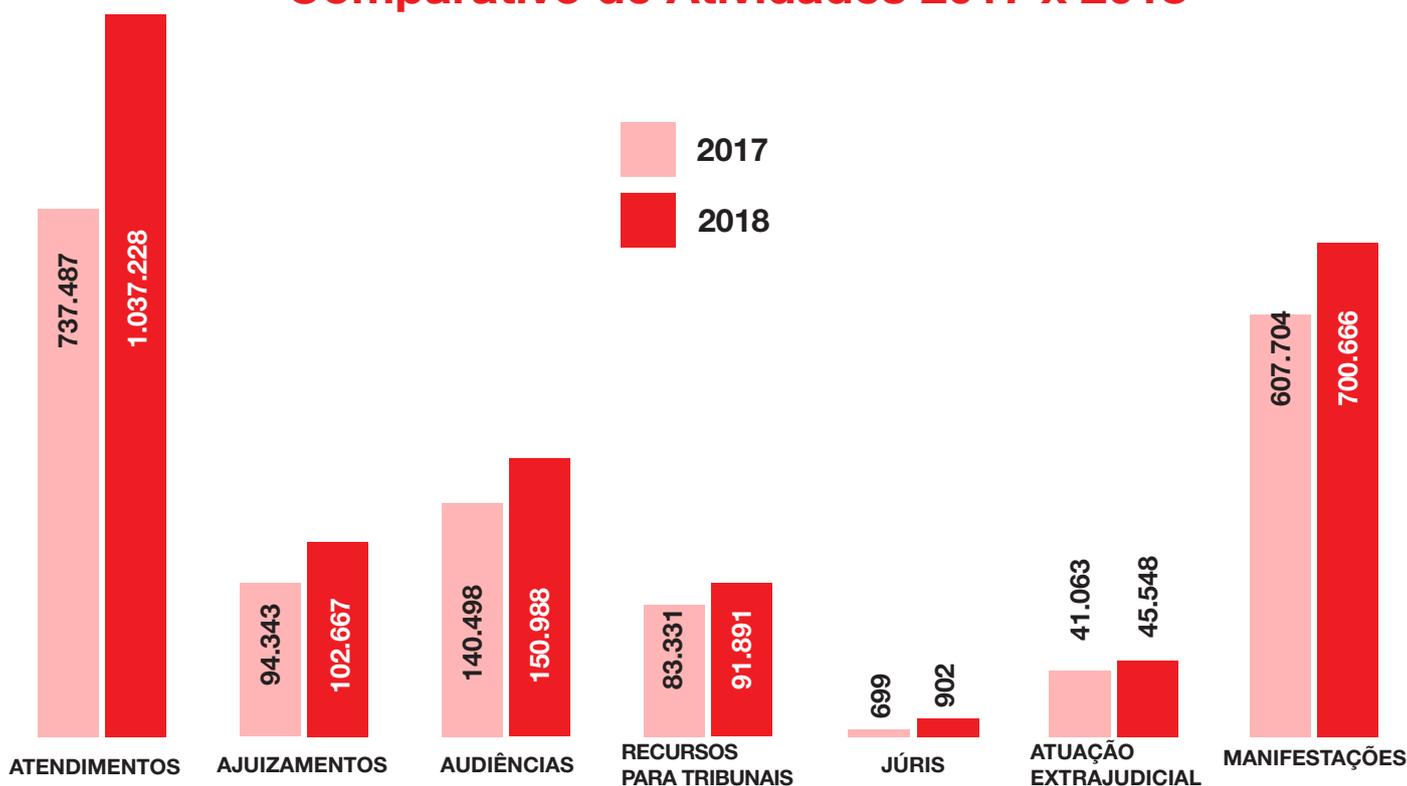
160.889

foram feitos por telefone.

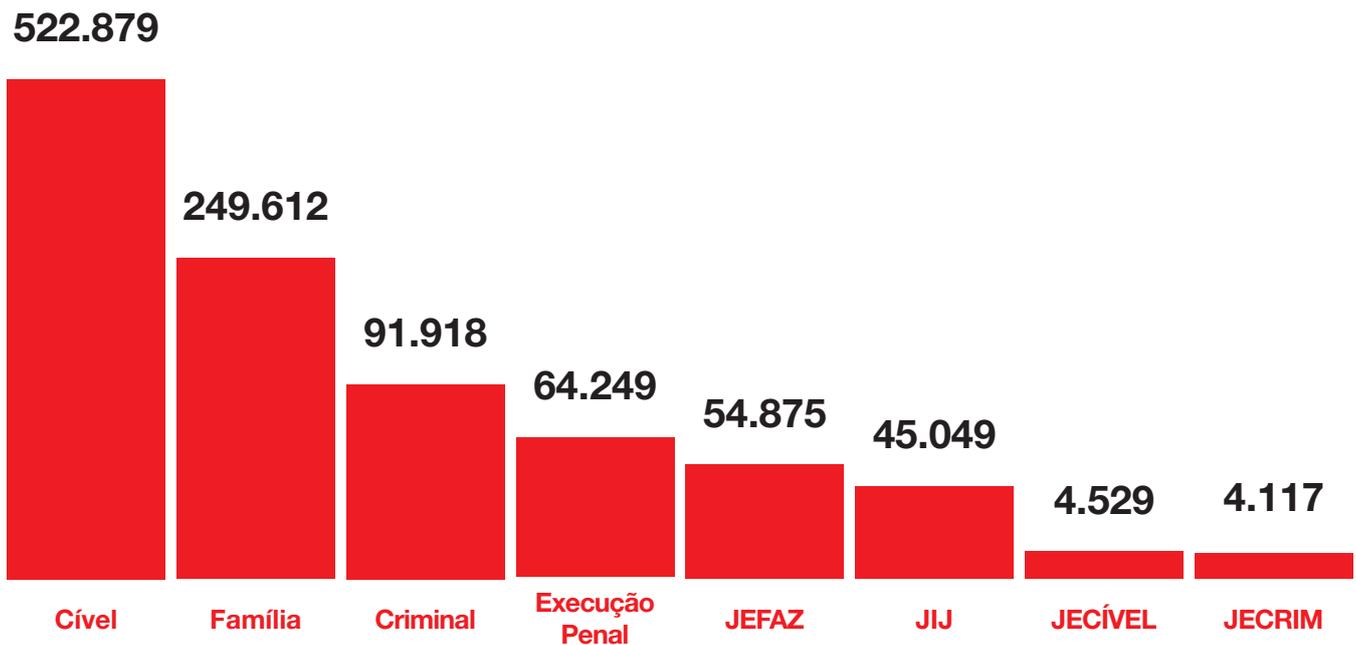
Quadro Geral de Atividades

| Atividade | Cível | Família | JIJ | JECÍVEL | JEFAZ | Criminal | JECRIM | Execução Penal | TOTAL |
|--------------------------------|---------|---------|--------|---------|--------|----------|--------|----------------|------------------|
| Atendimentos | 522.879 | 249.612 | 45.049 | 4.529 | 54.875 | 91.918 | 4.117 | 64.249 | 1.037.228 |
| Ajuizamentos | 47.951 | 34.834 | 6.864 | 153 | 7.237 | 4.264 | 77 | 1.300 | 102.677 |
| Audiências | 7.600 | 24.814 | 17.969 | 445 | 196 | 80.794 | 7.000 | 12.170 | 150.988 |
| Recursos para Tribunais | 16.423 | 3.905 | 7.107 | 316 | 2.692 | 46.390 | 316 | 13.448 | 91.891 |
| Júris | - | - | - | - | - | 902 | - | - | 902 |
| Atuação Extrajudicial | 17.426 | 9.477 | 1.757 | 59 | 505 | 1.797 | 27 | 14.520 | 45.548 |
| Manifestações | 270.766 | 166.401 | 41.951 | 1.819 | 39.444 | 125.538 | 4.669 | 52.078 | 700.666 |
| Acordos Realizados | 990 | 2.122 | 10 | 8 | 9 | - | - | - | 3.139 |

Comparativo de Atividades 2017 x 2018

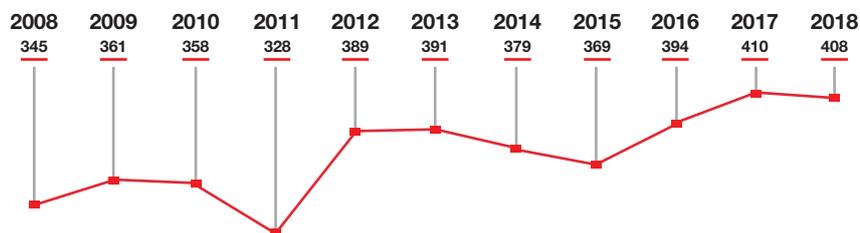


Atendimentos por Área de Atuação

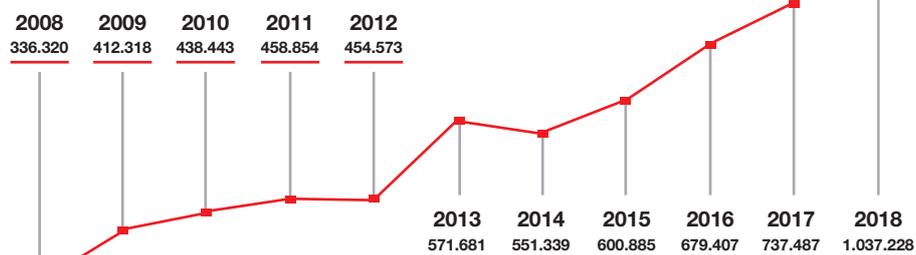


Evolução da Produtividade 2008 - 2018

Número de Defensores Públicos

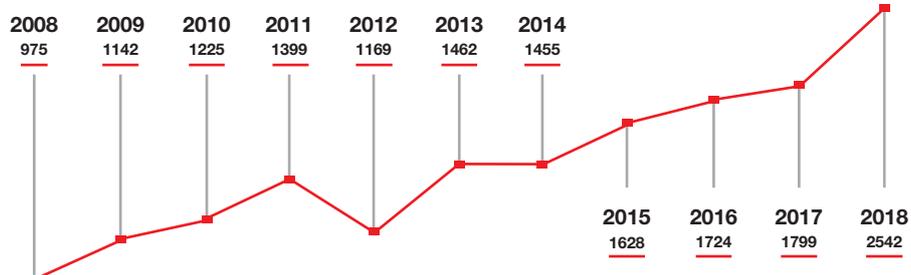


Número de Atendimento



O número de atendimentos aumentou **29%** de 2017 para 2018

Número de Atendimento por Defensor



Redução da Judicialização



A Defensoria Pública, como instrumento de promoção dos direitos humanos e do acesso à justiça, tem focado sua atuação na resolução extrajudicial dos litígios, evitando a judicialização e contribuindo para a otimização do serviço prestado e a diminuição dos gastos para o Estado.

Na área de família, o trabalho da Câmara de Mediação Familiar tem contribuído para este objetivo. De outubro de 2017 a setembro de 2018, foram realizadas **723 sessões de mediação e pré-mediação, com 94,4% delas resultando em acordos totais ou parciais** e 99,17% dos participantes afirmando que indicariam este formato para algum conhecido.

A conciliação também ganhou um reforço neste ano, com a criação da Câmara de Conciliação, que estimula e educa a população a resolver seus problemas sem a necessidade de ingressar com um processo na justiça. A DPE/RS faz o atendimento da parte e entra em contato com os bancos, financeiras, lojas e condomínios, a fim de consultar sobre o interesse em conciliar. De junho a setembro de 2018 foram realizados 999 atendimentos, com encaminhamentos diversos. **Foram 34 sessões realizadas e 82,35% de acordos fechados.**

Na área da saúde, dois exemplos práticos já trazem resultados representativos. De acordo com o Tribunal de Justiça do RS, em Porto Alegre houve **redução de cerca de 73% na judicialização de ações da saúde** para tratamento compulsório de dependentes químicos. O segundo exemplo é relacionado às internações hospitalares. Em setembro de 2018, após quatro meses de tratativas entre a DPE/RS e as



Centrais de Leitos, foi efetivada a transferência de um assistido para um leito SUS, o que garantiu acesso ao tratamento prescrito com economia de recursos públicos, já que não houve a necessidade de efetivação do bloqueio de valores (que somavam mais de R\$ 1 milhão).

Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento



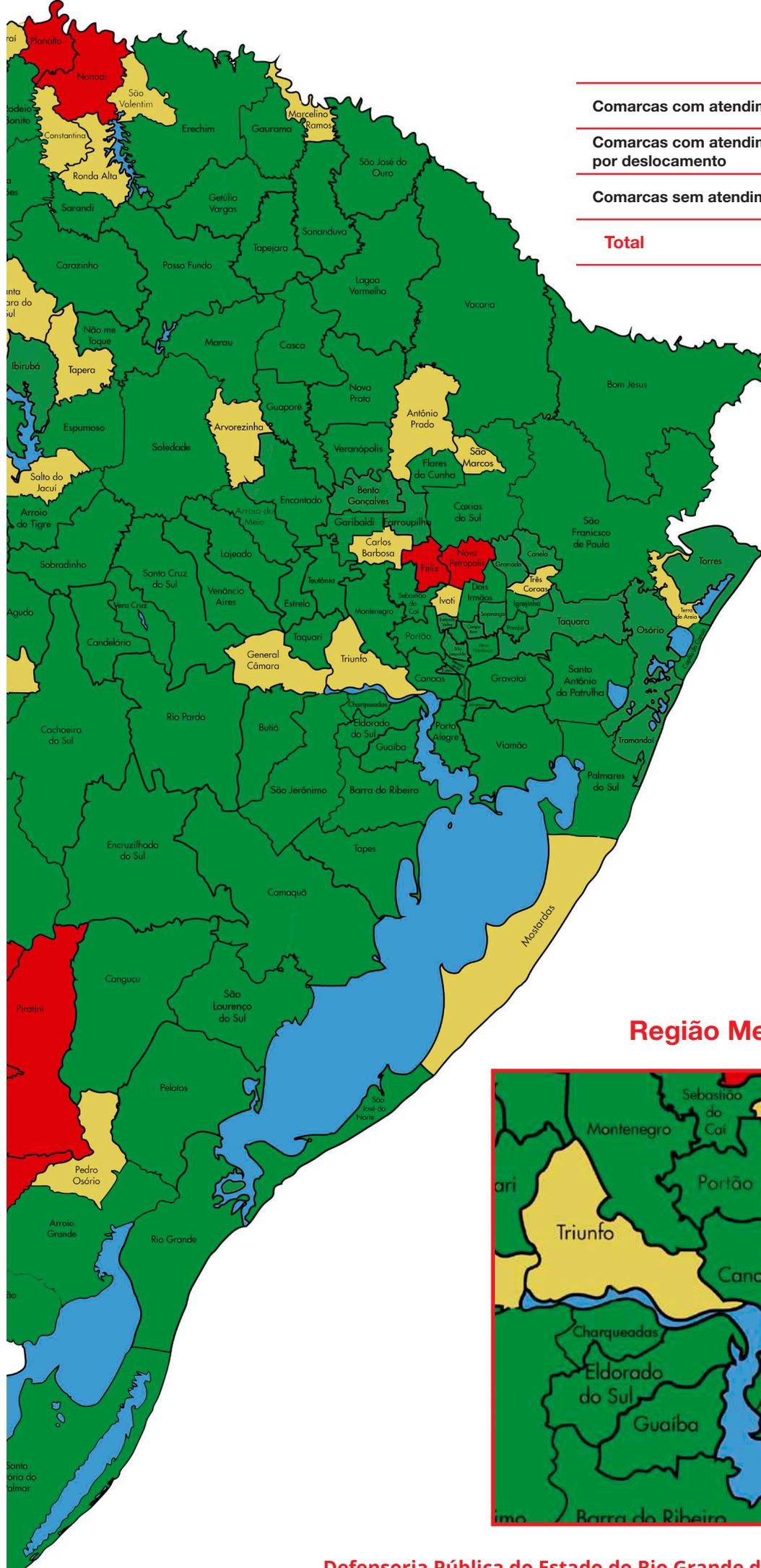
A Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) é o setor responsável pelo primeiro atendimento das pessoas que procuram a Defensoria Pública em Porto Alegre. Composta por três pavimentos, ela conta com gabinetes exclusivos para atendimento à população, ambientes climatizados e acessibilidade total. Há uma sala de triagem, nove balcões de atendimento, 18 salas privativas de atendimento no primeiro e segundo pavimentos, salas administrativas e um auditório. A UCAA conta, também, com salas para os setores de segurança, de psicologia e de serviço social, todas devidamente sinalizadas.

Representando parte significativa dos atendimentos da Defensoria Pública de todo o Estado do RS, o local foi reformado e teve suas melhorias inauguradas oficialmente em 21 de novembro de 2017.

Atendimentos UCAA

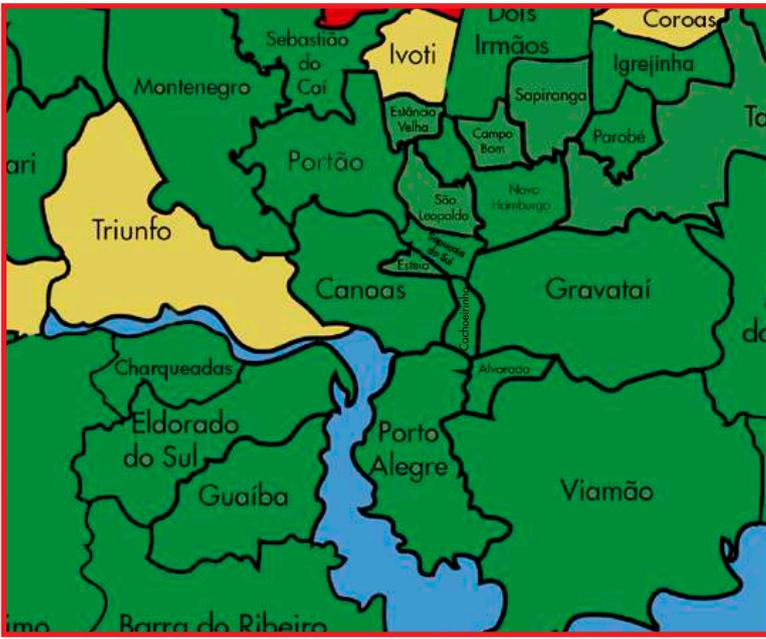
| Tipo de Atendimento | Quantidade |
|--------------------------------------|------------|
| Atendimentos realizados pela UCAA | 120.639 |
| Atendimentos realizados via telefone | 33.650 |
| Iniciais ajuizadas | 10.907 |

Desde fevereiro de 2018, com o objetivo de auxiliar na redução do número de casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e de gestações indesejadas, a unidade passou a fornecer, gratuitamente, preservativos masculinos, femininos e géis lubrificantes.



| | |
|--|------------|
| Comarcas com atendimento em tempo integral | 125 |
| Comarcas com atendimento exclusivamente por deslocamento | 31 |
| Comarcas sem atendimento | 9 |
| Total | 165 |

Região Metropolitana



Novas Sedes

13 novos ambientes de acolhimento foram entregues à população

Acolher os assistidos da Defensoria Pública em locais confortáveis e acessíveis sempre foi premissa da Instituição. No período, foram inauguradas 13 novas sedes que cumprem com o compromisso de ser um espaço humanizado, pronto para receber bem e atender com excelência as demandas da população vulnerável. Todas as novas sedes possuem espaços reservados para atendimento, gabinetes privativos de trabalho para os defensores públicos e amplo espaço de triagem e atendimento à população.

Pessoas com crianças e bebês de colo já podem contar com assentos cômodos, idosos e pessoas com deficiência possuem acessibilidade para sua locomoção e todos os assistidos podem ter certeza da qualidade na prestação do atendimento.

As novas sedes vêm ao encontro da consolidação da autonomia da Instituição, que saiu de ambientes forenses para ter locais próprios, tornando-se referência para aqueles que procuram acesso à justiça e dignidade. Sem luxo, mas com conforto e conveniência, próximas ao Fórum, e até mesmo com viés de sustentabilidade, as sedes da Defensoria Pública têm condições de atender as pessoas em situação de vulnerabilidade com respeito e integridade.



ARROIO DO MEIO



IGREJINHA



UCAA



OSÓRIO



GAURAMA



SÃO SEPÉ



TRAMANDAÍ



CANDELÁRIA



SOBRADINHO



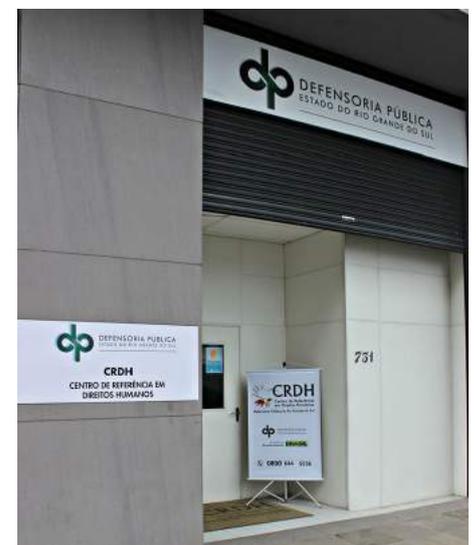
BAGÉ



JAGUARÃO



RIO GRANDE



CRDH

Locais de Atendimento

Brasília

| DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL | CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE) |
|--|--|
| Defensoria Pública Regional dos Tribunais Superiores | Setor Hoteleiro Sul – Quadra 6 – Bloco E – Sala 916 - Bairro Asa Sul. Brasília / DF – (61) 3224.4495 |

Porto Alegre

| DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL | CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE) |
|---|--|
| Tribunal de Justiça | Avenida Borges de Medeiros, 1565 – 4º Andar, sala 404. Bairro: Praia de Belas. Telefone: (51) 3212-0539 |
| Defensorias Públicas do Foro Central I | Rua Márcio Luís Veras Vidor, 10. Telefone: (51) 3224-0777 |
| Defensorias Públicas do Foro Central II | Rua Manoelito de Ornelas, 50 Telefone: (51) 3259-3735 |
| Defensorias Públicas do Foro Regional do 4º Distrito | Avenida Pernambuco, 649. Bairro: Navegantes Telefone: (51) 3325-5128 e (51) 3345-2720 |
| Defensorias Públicas do Foro Regional do Alto Petrópolis | Avenida Protásio Alves, 8144, 3º andar. Bairro: Petrópolis Telefone: (51) 3386-9100, (51) 3334-1823 e (51) 3386-1145 |
| Defensorias Públicas do Foro Regional do Partenon | Avenida Cel. Aparício Borges, nº 2025 – Térreo, sala 106. Telefone: (51) 3339-5877 e (51) 3319-8735 |
| Defensorias Públicas do Foro Regional da Restinga | Avenida Otto Niemeyer, 2000. Bairro Tristeza. Telefone: (51) 3250-1244 |
| Defensorias Públicas do Foro Regional do Sarandi | Avenida Assis Brasil, 7625 – 3º Andar. Bairro: Sarandi Telefone: (51) 3365-4233 e (51) 3365-6108 |
| Defensorias Públicas do Foro Regional da Tristeza | Avenida Otto Niemeyer, 2000. Bairro Tristeza. Telefone: (51) 3250-1013 e (51) 3241-5820 |
| Defensorias Públicas Cíveis e Criminais (IPERGS) | Avenida Borges de Medeiros, 1945 - 8º andar - Bairro Praia de Belas Telefone: (51) 3224-2171 |
| Defensoria Pública Criminal | Rua Vicente de Paula Dutra, 236- Bairro Praia de Belas Telefone: (51) 3225-2142, (51) 3227.0819 |
| Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) - Prédio-Sede | Rua Sete de Setembro, 666 - Centro Histórico Telefone: (51) 3211-2233 |
| Centro Vida | Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, 2132. Bairro: Rubem Berta Telefone: (51) 3347-5144 |
| Justiça Militar | Avenida Praia de Belas, 799. Telefone: (51) 3228-4460 Rua Cel. André Belo, 72 Telefone: (51) 3224-4173 |
| Justiça Instantânea | Avenida Augusto de Carvalho, 2000 – Sala 215. Bairro: Praia de Belas Telefone: (51) 3226-0214 |
| Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) | Rua Siqueira Campos, 731 – Centro Histórico 0800 6444556 ou (51) 3210-9000 |
| Câmara de Mediação Familiar | Avenida Borges de Medeiros, 1945 - 8º andar - Bairro Praia de Belas Telefone: (51) 3228-9425 Ramal 1297 |
| Câmara de Conciliação | Rua Sete de Setembro, 666, 2º andar - Centro Histórico Telefone: (51) 3210-9356 |

Interior

| DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL | MUNICÍPIOS ATENDIDOS | CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE) |
|-----------------------------|--|--|
| Agudo | Agudo, Paraíso do Sul | Rua Ramiro Barcelos, nº 234 – Térreo, sala 109. Bairro: Centro. / (55) 3265-3195 |
| Alegrete | Alegrete | Avenida Tiarajú, 1002 - 2º andar. Bairro Ibirapuitã / (55) 3421-2521 |
| Alvorada | Alvorada | Rua Maringá, 280. Bairro: Maringá. / (51) 3411-1769 e (51) 3411-5925 |
| Antônio Prado | Antônio Prado, Ipê, Nova Roma do Sul | Rua Doutor Ramiro Barcelos, 115 – Térreo, sala 113. FÓRUM. / (54) 3293-3310 |
| Arroio do Meio | Arroio do Meio, Capitão, Coqueiro Baixo, Nova Brésia, Pouso Novo, Travessero | Rua Gustavo Wienandts, 469, Centro, Arroio do Meio. / (51) 3716-2537 |
| Arroio do Tigre | Arroio do Tigre, Estrela Velha, Tunas | Rua Wili Helinger, 393, Bairro Centro. / (51) 3747-2047 |
| Arroio Grande | Arroio Grande | Rua Dr. Monteiro, 1320 – Térreo. Bairro: Centro. / (53) 3262-1753 |
| Arvorezinha | Arvorezinha, Ilópolis, Itapuca, Putinga | Rua Encantado 727, Bairro Centro. / (51) 3772-1371 |

Interior

| DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL | MUNICÍPIOS ATENDIDOS | CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE) |
|-----------------------------|--|--|
| Augusto Pestana | Augusto Pestana, Jóia | Rua Venâncio Aires, 2470. Sala 102. Centro. (55) 3334-1180 |
| Bagé | Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra | Rua Caetano Gonçalves, 900, Centro. (53) 3247-1911 |
| Barra do Ribeiro | Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Sertão Santana | Rua Cel. Araújo Ribeiro, 296. Fórum, Bairro: Centro. (51) 3482-2315 |
| Bento Gonçalves | Bento Gonçalves, Monte Belo, Pinto Bandeira | Avenida Planalto, 1420, Bairro: São Bento (54) 3453-6989 |
| Bom Jesus | Bom Jesus, Jaquirana, São José dos Ausentes | Rua Sete de Setembro, 388. Bairro: Centro. (54) 3237-2169 |
| Butiá | Butiá, Minas do Leão | Avenida Getúlio Vargas, 909 – sala 116. Bairro Cidade Alta. / (51) 3652-2369 |
| Caçapava do Sul | Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista | Rua Lúcio Jaime, 387 Bairro: Centro. / (55) 3281-1307 |
| Cachoeira do Sul | Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais | Rua Silvio Scopel, 1200 – 2º Andar, sala 201. Bairro: Santo Antônio. / (51) 3724-0295 e (51) 3723-4422 |
| Cachoeirinha | Cachoeirinha | Rua Manatá, 690 – Térreo, sala 115, 5º andar, sala 503. Bairro: Vila Monte Carlo / (51) 3439-3259 / (51) 3439-3616 |
| Camaquã | Arambaré, Camaquã, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano | Avenida Antônio Duro, 260 – salas 302, 305 e 307. Bairro: Centro. / (51) 3671-1509, (51) 3692-2755 e (51) 3671-5653 |
| Campina das Missões | Campina das Missões, Cândido Godói, São Paulo das Missões | Rua Porto Alegre, 330. Sala 101, Bairro Centro. (55) 3567-1511 |
| Campo Bom | Campo Bom | Avenida dos Estados, 800 – 2º andar. Centro. (51) 3597-0522 |
| Campo Novo | Braga, Campo Novo, Sede Nova | Rua Fernandes Araújo, 406. Sala 102, Bairro Centro. (55) 3528-1442 |
| Candelária | Candelária | Rua Júlio de Castilhos, 662. Centro. (51) 3743-3029 |
| Canela | Canela | Rua Augusto Pestana 342. Sala 232, Bairro Centro. (54) 3282-9889 |
| Canguçu | Canguçu | Rua Júlio de Castilho, 803. Bairro Centro. (53) 3252-3591 |
| Canoas | Canoas, Nova Santa Rita | Rua Coronel Marcelino 25, Bairro Centro. (51) 3472-0366 / (51) 3472-2428 |
| Capão da Canoa | Capão da Canoa, Xangri-Lá | Rua Peri, 1645. Bairro Centro / (51) 3625-6612 |
| Carazinho | Almirante Tamandaré do Sul, Carazinho, Chapada, Coqueiro do Sul, Santo Antônio do Planalto | Rua Ernesto Alves 244, Centro. (54) 3331-1774 e (54) 3331-1820 |
| Carlos Barbosa | Carlos Barbosa, Barão | Rua Rui Barbosa, 126. Sala 112, Bairro Centro. (54) 3461-5539 |
| Casca | Casca, Ciríaco, Davi Canabarro, Nova Araçá, Paraí, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Vanini | Rua Vitorino Monteiro, 195. Centro. (54) 3347.2387 e (54) 3347-1496 |
| Catuípe | Catuípe | Rua Cel. Bicaço, 262. Bairro Centro. / (55) 3336-1055 |
| Caxias do Sul | Caxias do Sul | Avenida Independência, 2393 - Térreo. Bairro Panazzolo (54) 3228.2298, (54) 3228-9566, (54) 3211-6584 e (54) 3222-7817 |
| Cerro Largo | Cerro Largo, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Ubiretama | Rua Dr. João Sebastien, 284, sala 01. Bairro Panazzolo / (55) 3359.1123 |
| Charqueadas | Charqueadas | Travessa Juca Buchain, 121. / (51) 3658-3888 |
| Constantina | Constantina, Engenho Velho, Liberato Salzano, Novo Xingú | Rua Cantídio Rodrigues de Almeida, 234, sala 103. Bairro: Centro. / (54) 3363-2082 |
| Coronel Bicaco | Coronel Bicaco, Redentora | Rua Francisco Manoel Diniz, 706. SALA 89. Centro. (55) 3557-1046 |
| Crissiumal | Crissiumal, Humaitá | Rua Vinte de Setembro, 245. Bairro Centro. / (55) 3524-2019 |
| Cruz Alta | Cruz Alta, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Fortaleza dos Valos, Pejuçara | Av. Presidente Vargas, 483 - 1º andar - Centro / (55) 3324.3289 e (55) 3322.7809 |
| Dois Irmãos | Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval | Rua Novo Hamburgo, 2155, 3º andar. Bairro: Primavera. / (51) 3564-3250 |
| Dom Pedrito | Dom Pedrito | Avenida Rio Branco, 1817 – Sala 124. Centro. / (53) 3243-5878 |
| Eldorado do Sul | Eldorado do Sul | Avenida Mário Ribeiro, 143 – Térreo, sala 11. Centro / (51) 3481-6639 |
| Encantado | Encantado, Anta Gorda, Doutor Ricardo, Muçum, Relvado, Roca Sales, Vespasiano Corrêa | Rua Júlio de Castilhos, 774. Centro (51) 3751-4420 |
| Encruzilhada do Sul | Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador | Rua Rodolfo Tabora, 100 – Sala 112. Centro. / (51) 3733-3683 |
| Erechim | Erechim, Aratiba, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Cruzaltense, Itatiba do Sul, Jacutinga, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, Três Arroios | Avenida Pedro Pinto de Souza, nº 722 e 732 – Salas 01 e 02. Bairro: Bela Vista. / (54) 3519-9883 |
| Espumoso | Espumoso, Campos Borges, Alto Alegre | Rua Soledade, 41. Centro. / (54) 3383-2748 |

Interior

| DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL | MUNICÍPIOS ATENDIDOS | CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE) |
|-----------------------------|--|---|
| Esteio | Esteio | Rua Dom Pedro II, 200 – 2º Andar, sala 202. Centro (51) 3459-4011 |
| Estância Velha | Estância Velha | Rua Sete de Setembro, 70. Centro / (51) 3561-8969 e (51) 3561-1445 |
| Estrela | Estrela, Bom Retiro, Colinas, Fazenda Vilanova | Rua Breno Schwertner, 285 – Sala 103. Bairro Centro. (51) 3712-2468 |
| Farroupilha | Farroupilha | Rua Independência, 102A. Centro / (54) 3261-1603 e (54) 3268-0603 |
| Faxinal do Soturno | Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine | Rua 30 de Novembro, 837 – 1º Andar. Centro. / (55) 3263-1083 |
| Flores da Cunha | Flores da Cunha, Nova Pádua | Rua Borges de Medeiros, 2170, Térreo, salas 101 e 103. Centro. / (54) 3292-4575 |
| Frederico Westphalen | Frederico Westphalen, Caiçara, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Taquaraçu do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre | Rua Antônio Boscardin, 364, 1º Andar. Centro. / (55) 3744-2211 e (55) 3744-1047 |
| Garibaldi | Garibaldi, Boa Vista do Sul, Coronel Pilar | Rua Francisco Meneghetti, 130, 1º Andar, sala 112. Centro. / (54) 3462-6917 |
| Gaurama | Gaurama, Centenário, Carlos Gomes, Viadutos, Áurea | Rua João Amandio Sperb, 373. Centro. / (54) 3391-1632 e (54) 3391-1755 |
| General Câmara | General Câmara, Vale Verde | Rua David Canabarro, 152. Centro. / (51) 3655-1052 e (51) 3655-1390 |
| Getúlio Vargas | Getúlio Vargas, Estação, Erebangó, Florianópolis, Ipiranga do Sul, Sertão | Rua Afonso Lido Tagliare, 40, 1º Andar. Centro. / (54) 3341-1861, (54) 3341-1944 e (54) 3341-3047 |
| Giruí | Giruí, Senador Salgado Filho | Avenida Cel. Bráulio de Oliveira, 923. Centro. / (55) 3361-2021 |
| Gramado | Gramado, Nova Petrópolis | Rua Augusto Daros, 100, 1º Andar, sala 106. Centro. (54) 3286-0883 |
| Gravataí | Gravataí, Glorinha | Rua José Loureiro da Silva, 2255. Centro. / (51) 3484-5326 / (51) 3423-5624 |
| Guaíba | Guaíba | Rua Nestor de Moura Jardim, 387, 3º Andar, sala 312. Coronel Nassuca. / (51) 3491-6414 e (51) 3491-2189 |
| Guaporé | Guaporé, Dois Lajeados, Montauri, Serafina Corrêa, São Valentim do Sul, União da Serra | Rua Gino Morassutti, nº 1090, Térreo. Centro. / (54) 3443-6154 |
| Guarani das Missões | Guarani das Missões, Sete de Setembro | Avenida São Miguel, 1035, 2º Andar, sala 210. Centro. / (55) 3353-1688 |
| Horizontina | Horizontina, Doutor Maurício Cardoso | Rua São Cristóvão, 1311, 1º Andar, sala 102. Centro. / (55) 3537-1710 |
| Ibirubá | Ibirubá, Quinze de Novembro | Rua Flores da Cunha, 1029. Centro. / (54) 3324-4418 |
| Igrejinha | Igrejinha | Rua Sete de Julho, 469. Centro. / (51) 3545-3802 e (51) 3545-8143 |
| Ijuí | Ijuí, Ajuricaba, Bozano, Coronel Barros, Nova Ramada | Rua Tiradentes, 671, 1º Andar, sala 106. Centro. (55) 3331-2326 |
| Iraí | Iraí | Rua Pereira Filho, 233, 2º Andar, sala 204, Fórum. Centro. / (55) 3745-1053 |
| Itaqui | Itaqui, Maçambará | Avenida Independência, 576, 1º Andar, salas 01, 02 e 03. Centro. / (55) 3433-5074 e (55) 3433-2019 |
| Ivoti | Ivoti, Lindolfo Collor, Presidente Lucena | Rua Bento Gonçalves, 800, sala 106, Fórum. Centro. (51) 3563-2126 |
| Jaguarão | Jaguarão | Rua Quinze de Novembro, 811. Centro. / (53) 3261- |
| Jaguarí | Jaguarí, Nova Esperança do Sul | Rua Sete de Setembro, 395, sala 202. Centro. / (55) 3255-1188 |
| Júlio de Castilhos | Júlio de Castilhos, Pinhal Grande | Rua Padre Roque Gonzales, 55, sala 103. Centro. / (55) 3271-9108 |
| Lagoa Vermelha | Lagoa Vermelha, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ibiraiaras, Muliterno | Avenida Afonso Pena, 414, salas 103 e 105. Centro. / (54) 3358-1507 e (54) 3358-3920 |
| Lajeado | Lajeado, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério | Rua Júlio de Castilhos, 478, Sobreloja. Centro. / (51) 3748-3107 |
| Lavras do Sul | Lavras do Sul | Rua Júlio de Castilhos, 373, sala 112. Centro. / (55) 3282-2196 |
| Marau | Marau, Carnargo, Gentil, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Vila Maria | Rua Irineu Ferlin, 1045, sala 1039. Centro. (54) 3342-1101 e (54) 3342-3441 |
| Marcelino Ramos | Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida | Rua Dr. João da Silveira, 825. Centro / (54) 3372-1583 |
| Montenegro | Montenegro, Brochier, Maratá, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Sul, São Pedro do Sul | Rua Amauri Daudt Lampert, 1050. Timbaúva. (51) 3632-9201 |
| Mostardas | Mostardas, Tavares | Avenida Independência, 848. Centro. (51) 3673-1725 |
| Não-Me-Toque | Não-Me-Toque, Tio Hugo, Victor Graeff | Avenida Augusto Scherer, 984, sala 6. Centro. (54) 3332-3125 |
| Nova Prata | Nova Prata, André da Rocha, Guabiju, Nova Bassano, Protásio Alves, São Jorge, Vista Alegre do Prata | Rua Gal. Flores da Cunha, 632. / (54) 3242-6682 |
| Novo Hamburgo | Novo Hamburgo | Rua Guia Lopes, 4050, Loja 1. / (51) 3525-4269, (51) 3581-5426 e (51) 3593-2892 |
| Osório | Osório, Maquiné | Avenida Jorge Dariva, 1671. Centro / (51) 3663-2023 |

Interior

| DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL | MUNICÍPIOS ATENDIDOS | CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE) |
|-----------------------------|--|---|
| Palmares do Sul | Palmares do Sul, Capivari do Sul | Rua Otacílio da Silva, 428, sala 107. Centro. / (51) 3668-1802 |
| Palmeira das Missões | Palmeira das Missões, Boa Vista das Missões, Lajeado do Bugre, Novo Barril, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões | Rua Benjamin Constant, 90. Centro. / (55) 3742-4748 e (55) 3742-2732 |
| Panambi | Panambi, Condor | Rua Júlio de Castilhos, 1183. Fátima. / (55) 3375-8659 |
| Parobé | Parobé | Avenida Taquara, 470. Guarujá. / ((51) 3523-2610 |
| Passo Fundo | Passo Fundo, Ernestina, Coxilha, Mato Castelhanos, Pontão | Rua Morom, 1437. Centro. / (54) 3312.7907 |
| Pedro Osório | Pedro Osório, Cerrito | Avenida José Bonifácio, 1968 (sala no fórum). Centro. (53) 3255-1449 |
| Pelotas | Pelotas, Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu | Avenida Ferreira Viana, 1499. Areal. / (53) 3273-2484, e (53) 3282-1770 |
| Portão | Portão, Capela de Santana | Rua Cuiabá, 145, salas 103 e 105. Centro. (51) 3562-3174 |
| Restinga Seca | Restinga Seca | Rua Edmundo Bischoff, 317, sala 01. Centro. (55) 3261-4058 e (55) 3261-1329 |
| Rio Grande | Rio Grande | Rua Silva Paes, 333 e 337. Centro / (53) 3231-5236 e (53) 3232-3148 |
| Rio Pardo | Rio Pardo, Pântano Grande | Rua General Andrades Neves, 1179. Centro. / (51) 3731-5178 e (51) 3731-4286 |
| Rodeio Bonito | Rodeio Bonito, Ametista do Sul, Cerro Grande, Cristal do Sul, Jaboticaba, Nova Tiradentes, Pinhal | Rua General Osório, 366, 1º Andar, salas 102 e 104. Centro. / (55) 3798-1101 e (55) 3746-1034 |
| Ronda Alta | Ronda Alta, Rondinha, Três Palmeiras | Rua Duque de Caxias, 50, 2º andar. Bairro Centro. / (54) 3364-1429 |
| Rosário do Sul | Rosário do Sul | Rua Gal. David Canabarro, 335, 1º Andar, sala 104. Centro. / (55) 3231-7198 |
| Salto do Jacuí | Salto do Jacuí, Jacuizinho | Avenida Hermogênio Cursino dos Santos, 400. Menino Deus. / (55) 3327-1023 |
| Sananduva | Sananduva, Ibiaçá, Paim Filho, São João da Urtiga | Rua João Júlio Leite, 467, 2º andar. Centro. / (54) 3343-2244 |
| Santa Bárbara do Sul | Santa Bárbara do Sul, Saldanha Marinho | Rua Elina Cerutt, 71. Cerutt. / (55) 3372-2647 |
| Santa Cruz do Sul | Santa Cruz do Sul, Gramado Xavier, Herveiras, Passo do Sobrado, Sinimbu | Rua Fernando Abbot, 664. Centro. / (51) 3711-7332 |
| Santa Maria | Santa Maria, Itaara, São Martinho da Serra, Silveira Martins | Alameda Montevideo, 308, sala 101. Nossa Senhora das Dores. / (55) 3218-1032, (55) 3226-8267, (55) 3221-7245 e (55) 3218-1635 |
| Santa Rosa | Santa Rosa, Porto Mauá, Tuparendi | Avenida Santa Cruz, 352. Bairro Centro. / (55) 3513-0843 e (55) 3512-1738 |
| Santa Vitória do Palmar | Santa Vitória do Palmar, Chuí | Rua Marechal Deodoro, 1361. Centro. (53) 3263-6020 |
| Santana do Livramento | Santana do Livramento | Rua Barão do Triunfo, 484. Centro. / (55) 3244-3752 e (55) 3243-2588 |
| Santiago | Santiago, Capão do Cipó, Itacurubim, Unistalda | Rua Benjamin Constant, 165, 2º Andar, sala 101. Centro. / (55) 3251-9621 |
| Santo Ângelo | Santo Ângelo, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, São Miguel, Vitória das Missões | Avenida Venâncio Aires 1437, 1º Andar, sala 101. Centro. / (55)3312-7672 e (55) 3313-4578 |
| Santo Antônio da Patrulha | Santo Antônio da Patrulha, Carará | Rua Roberto Xavier da luz, 06, salas 105 e 111. Cidade Alta. / (51) 3662-1224 |
| Santo Antônio das Missões | Santo Antônio das Missões, Garruchos | Rua Ricardo Santiago de Godoi, nº 3605, sala 102. Centro. / (55) 3367-1446 |
| Santo Augusto | Santo Augusto, Chiapeta, Inhacorá, São Martinho, São Valério do Sul | Avenida do Comércio, 328, sala 09. Centro. / (55) 3781-1649 |
| Santo Cristo | Santo Cristo, Alecrim, Porto Vera Cruz | Rua Marechal Deodoro, nº 2280. Centro. / (55) 3541-1632 e (55) 3541-1228 |
| São Borja | São Borja | Rua Félix da Cunha, 388. Centro. / (55) 3431-7574 e (55) 3431-9207 |
| São Francisco de Assis | São Francisco de Assis, Manoel Viana | Rua Expedicionário, 1492. Centro. / (55) 3252-3397 |
| São Francisco de Paula | São Francisco de Paula, Cambará do Sul | Rua Manoel Vicente Ferreira, 257. Centro. / (54) 3244-1917 |
| São Gabriel | Santa Margarida do Sul, São Gabriel | Rua Onésimo Laureano, 75. Zona Sul. / (55) 3232-0776 |
| São Jerônimo | São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo | Avenida Rio Branco, 1099, 2º Andar, sala 210. Bela Vista. / (51) 3651-5294 |
| São José do Norte | São José do Norte | Rua General Osório, 555, sala 104. Centro. / (53) 3238-1454 |
| São José do Ouro | São José do Ouro, Barracão, Cacipec Doble, Machadinho, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul | Rua Maximiliano Centenário, 180. Centro. / (54) 3352-2171 |
| São Leopoldo | São Leopoldo | Avenida Unisinos, nº 99, 3º Andar, sala 314. / (51) 3568-6127 |
| São Lourenço do Sul | São Lourenço do Sul | Rua Almirante Barroso, 1176, 1º Andar, sala 102 e 104. Centro. / (53) 3251-6339 |
| São Luiz Gonzaga | São Luiz Gonzaga, Bossoroca, Caibaté, Dezesseis de Novembro, Mato Queimado, Pirapó, São Nicolau | Rua Coronel Fernando Machado, 2771, 2º Andar. Bairro Agrícola. / (55) 3352-2332 e (55) 3352-4144 |
| São Marcos | São Marcos | Rua Carlos Gomes, 557, 1º Andar, sala 102. Centro. (54) 3291-4790 |

Interior

| DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL | MUNICÍPIOS ATENDIDOS | CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE) |
|-----------------------------|---|--|
| São Pedro do Sul | São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Toropi, Quevedos | Rua Ernesto Wagner, 233, 1º Andar, sala 103. Centro. (55) 3276-4333 |
| São Sebastião do Caí | São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Harmonia, São José do Hortêncio, Túpandi | Rua São Lourenço, 1113, sala 01. Centro. / (51) 3635-0360 |
| São Sepé | São Sepé, Formigueiro, Vila Nova do Sul | Rua Persival Brenner, 1766. Centro. / (55) 3233-2960 |
| São Valentim | São Valentim, Benjamin Constant do Sul, Entre Rios do Sul, Erval Grande, Faxinalzinho | Rua Luiz Carlos Farret, 66, sala 105, Fórum. Centro. / (54) 3373-1044 |
| São Vicente do Sul | São Vicente do Sul, Mata | Rua Vinte de Setembro, 741, sala 13. Centro. / (55) 3257-2702 |
| Sapiranga | Sapiranga, Araricá, Nova Hartz | Rua Alberto Schmidt, 441. Centenário. (51) 3559-5220, (51) 3599-2927 e (51) 3559-1218 |
| Sapucaia do Sul | Sapucaia do Sul | Av. João Pereira Vargas, 611. (51) 3452-2172 e (51) 3452-1173 |
| Sarandi | Sarandi, Barra Funda, Nova Boa Vista | Rua Senador Alberto Pasqualini, 1229, Edifício Themis, sala 1. Centro. / (54) 3361-4721 e (54) 3361-4533 |
| Seberi | Seberi, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco | Avenida Gal. Flores da Cunha, 1467. Centro. / (55) 3746-1034 |
| Sobradinho | Sobradinho, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Segredo | Rua Bento Gonçalves, 55. Centro / (51) 3742-3466 |
| Soledade | Soledade, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Ibirapuitã, Mormaço, São José do Herval | Rua Isolina Zannetti, 30, sala 2. / (54) 3381-5490 (54) 3381-3561 e (54) 3381-5169 |
| Tapejara | Tapejara, Água Santa, Charrua, Santa Cecília dos Sul, Vila Lângaro | Rua do Comércio, 1668. Centro / (54) 3344-3163 |
| Tapera | Tapera, Colorado, Lagoa dos Três Cantos, Selbach | Avenida Presidente Tancredo Neves, 1019. Bairro Progresso (54) 3385-1723 e (54) 3385-1193 |
| Tapes | Tapes, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul | Rua dos Jambos, 62. Pontal. / (51) 3672-2952 |
| Taquara | Taquara, Riozinho, Rolante | Rua Federação, 2100. Morro do Leão. / (51) 3541-8162 |
| Taquari | Taquari, Tabai | Rua Consuelo Alvim Saraiva, 215. Parque das Pedreiras (51) 3653-5956 |
| Tenente Portela | Tenente Portela, Barra do Guarita, Derrubadas, Miraguaí, Vista Gaúcha | Rua Luis Carlos Schepp, 41, 2º Andar, sala 102, Fórum. Centro. / (55) 3551-3122 |
| Terra de Areia | Terra de Areia, Itati | Rua Treze de Abril, 3959, sala 112. Centro. / (51) 3666-1893 |
| Teutônia | Teutônia, Imigrante, Paverama, Poço das Antas, Westfália | Avenida Um Norte, 200, sala 03. Centro Administrativo. (51) 3762-3087 |
| Torres | Torres, Arroio do Sal, Dom Pedro de, Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas | Rua Travessa Capaverde, 82, sala 01. Centro. / (51) 3626-3381 e (51) 3626-3373 |
| Tramandaí | Tramandaí, Balneário Pinhal, Cidreira, Imbé | Rua Vergueiros, 212. Zona Nova. / (51) 3684-5172, (51) 3684-6442 e (51) 3684-6052 |
| Três Coroas | Três Coroas | Rua Felipe Bender, 373. Centro. / (51) 3546-4740 |
| Três de Maio | Três de Maio, Alegria, Boa Vista do Buricá, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá | Avenida Buricá, 375. Oriental. / (55) 3535-1006 |
| Três Passos | Três Passos, Bom Progresso, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul | Avenida Júlio de Castilhos, 102. Centro. / (55) 3522-2542 |
| Triunfo | Triunfo | Rua dos Bombeiros Voluntários, 100. Centro. / (51) 3654-3911 |
| Tucunduva | Tucunduva, Novo Machado | Rua Santa Rosa, 580. Centro. / (55) 3542-2356 |
| Tupanciretã | Tupanciretã, Jari | Rua Antonio Silveira, 1197, 2º Andar, salas 202 e 204. Popular. / (55) 3272-4085 |
| Uruguaiana | Uruguaiana, Barra do Quaraí | Rua Bento Martins, 2497, sala 202. Centro. / (55) 3412-6341 / (55) 3411-3841 |
| Vacaria | Vacaria, Campestre da Serra, Esmeralda, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra | Rua Luiz Jacques Manozzo, 86. Parque dos Rodeios. (54) 3232-5464 |
| Venâncio Aires | Venâncio Aires, Boqueirão do Leão, Mato Leitão | Rua Conde D'Eu, 2036. Cruzeiro / (51) 3793-0044 e (51) 3741-3201 |
| Vera Cruz | Vera Cruz, Vale do Sol | Rua Roberto Gruending, nº 231, sala 3. Centro. (51) 3718-2954 |
| Veranópolis | Veranópolis, Cotiporã, Fagundes Varela, Vila Flores | Rua Dr. Idemundo Tedesco, 170, 2º Andar, sala 202. São Peregrino. / (54) 3441-4961 |
| Viamão | Viamão | Avenida Senador Salgado Filho, 9764. Centro. / (51) 3485-3164 |

Câmara de Conciliação

A promoção da solução extrajudicial dos conflitos é função institucional prioritária da Defensoria Pública, consoante o art. 134 da Constituição Federal e o comando exposto do art. 4º, inciso II, da Lei Complementar nº 80/94. Diante disso, em junho de 2018, foi publicada a Resolução nº 12/2018, que regulamentou a Câmara de Autocomposição de Conflitos Cível no âmbito da Instituição.

A Câmara abrange questões de direito civil em geral, com especial atenção ao tratamento do superendividamento da população gaúcha. São atendidas, em sua maioria, demandas oriundas de

relações de consumo e de condomínio. As sessões, presididas por defensora pública, ocorrem todas as terças e quintas-feiras, no prédio sede, 2º andar, em sala especialmente equipada e reservada para a conciliação. Delas é extraída ata que, assinada pela defensora pública, é título executivo extrajudicial.

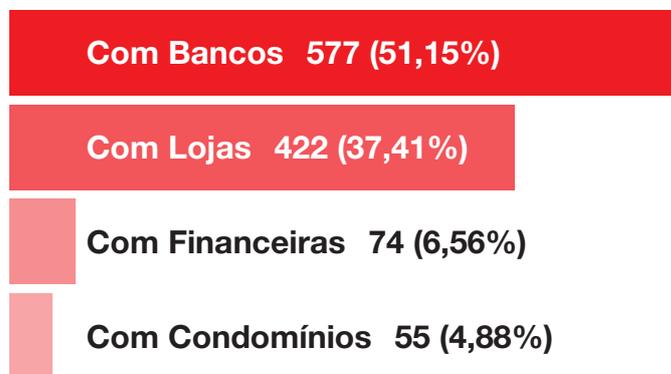
A Defensoria Pública faz o atendimento da parte e entra em contato com os bancos, financeiras, lojas e condomínios, a fim de consultar sobre o interesse em conciliar. De junho a setembro foram realizados **999 atendimentos**, com encaminhamentos diversos, de acordo com registros no Portal da Defensoria.

Acordos Fechados



Orientações prestadas: 999
Sessões agendadas: 42
Realizadas: 34
Acordos: 28
Propostas enviadas por e-mail: 105
Acordos firmados via e-mail: 11

Número de pessoas que procuram a conciliação



Instituições/empresas que concordaram em participar:

Bancos: Bradesco, Itaú, Santander e Sicredi

Financeiras: Crefisa e Agibank

Lojas: Zaffari Bourbon, Paquetá, Renner, Marisa, Riachuelo, Ughini, taQi, Rainha das Noivas, Magazine Luiza, Benoit e Carrefour

Imobiliárias: Garcia Imóveis, Crédito Real e Direção Imóveis

Telefonia: Claro, Net e Embratel



E-mail de contato para empresas/instituições:
conciliacao@defensoria.rs.def.br

E-mail de contato para a população em geral:
nomelimp@defensoria.rs.def.br

Câmara de Mediação Familiar

A promoção prioritária da solução extrajudicial dos litígios é função institucional da Defensoria Pública e os defensores públicos têm legitimidade para referendar acordos resultantes de autocomposição, que valem como título extrajudicial. Diante do aumento das demandas por solução consensual de conflitos, a DPE/RS criou, em julho de 2017, o Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC), formado pelas Câmaras de Mediação Familiar e de Conciliação.

A Câmara de Mediação Familiar procura oferecer um espaço físico adequado para a educação em direitos e atendimento humanizado. Também busca a ampliação do diálogo entre o núcleo familiar, com a utilização de

ferramentas relacionadas à comunicação não violenta, promovendo, assim, a paz no ambiente familiar.

Com o auxílio de mediadores, que são tanto servidores da Defensoria, como parceiros oriundos de convênios com universidades e câmaras privadas, **a Câmara de Mediação Familiar promoveu no período 723 sessões de mediação e pré-mediação**, com 94,39% delas resultando em acordos totais ou parciais e 94,47% dos participantes afirmando que indicariam este formato para algum conhecido. Além disso, 88,12% das pessoas que participaram da mediação disseram que procurariam novamente este tipo de solução extrajudicial, em caso de novo conflito.

Oficinas das Famílias

Como parte do Programa de Educação em Direitos, a Oficina das Famílias, que foi criada com o objetivo estratégico de fornecer acesso ao conhecimento e empoderar as famílias, contou com a participação de 1.421 pessoas, desde outubro do ano passado até setembro deste ano. No total, foram 79 oficinas realizadas. Além daquelas promovidas na própria sede do CRMC, outras edições também aconteceram em diferentes locais de Porto Alegre e nos municípios de Giruá, Vacaria, Igrejinha, Lagoa Vermelha, Santa Maria, Passo Fundo, Carazinho, Canoas e Ijuí.

O programa oferece informações que contribuem para a pacificação do ambiente familiar e para a formação do cidadão, dando-lhe autonomia para resolver seus conflitos. Segundo pesquisa de satisfação feita com os participantes, **o nível de satisfação chegou a 98,9%**.

Oficinas das Famílias (no CRMC)

62 oficinas

973 famílias alcançadas

Oficinas das Famílias (Itinerantes)

17 oficinas

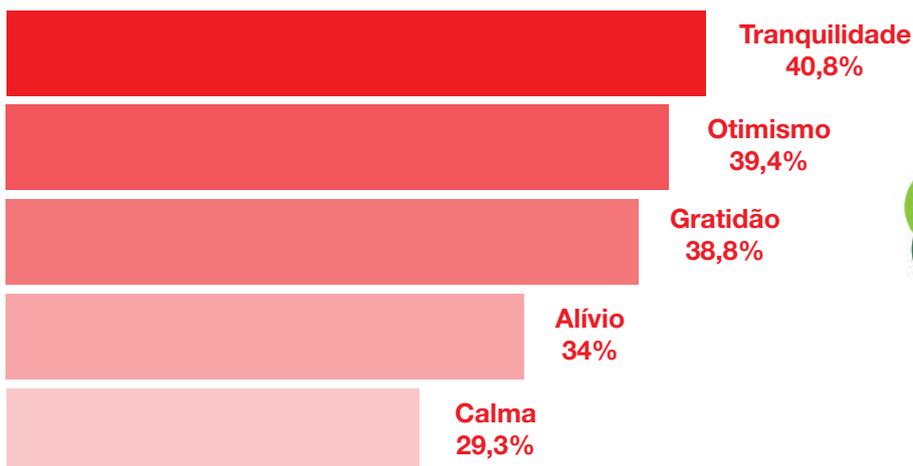
448 famílias alcançadas

98,23% indicariam a oficina a alguém

84,21% teriam interesse em participar da mediação para resolver seus conflitos



A Câmara de Mediação Familiar da Defensoria Pública do Estado do RS foi pioneira em medir o sentimento dos participantes em relação à Oficina das Famílias. De acordo com 762 pessoas, os cinco sentimentos mais vivenciados foram:



Centro de Referência em Direitos Humanos



Desde janeiro de 2014, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) trabalha para atender a demanda apresentada por pessoas e grupos vulneráveis que têm seus direitos violados, prestando atendimento sigiloso, integral e humanizado, articulando-se com a rede de atenção socioassistencial e psicossocial, bem como com a sociedade civil. Os acolhimentos são realizados na Rua Siqueira Campos, 731, Centro Histórico de Porto Alegre, mas a orientação jurídica também pode ser feita via telefone pelo **Disque-acolhimento: 0800.644.5556**.

DEFESA DOS DIREITOS DO POVO DE TERREIRO

Em novembro de 2017, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade foi ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do RS (PGJ), buscando a declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei nº 7.954/2015, do município de Rio Grande, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Povo de Terreiro. Os dispositivos impugnados, resumidamente, reservam vagas no conselho para representantes diretos de *ylês* instituídos e, segundo manifestado pela PGJ, feririam a laicidade estatal. Mediante intervenção no processo, através de memorial apresentado como *amicus curiae*, a Defensoria cumpriu um de seus objetivos mais caros, que é a prevalência e a efetividade dos direitos humanos, notadamente os direitos à igualdade material, ao reconhecimento, à diferença e à não discriminação. A ação foi julgada improcedente, por maioria, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado.

Em agosto, o coordenador do CRDH, defensor público Mário Silveira Rosa Rheingantz, participou da sétima edição do projeto “Ouvindo o Povo de Terreiro”, promovido pela



Foto: Câmara de Alvorada

Ouidoria-Geral da Defensoria Pública, em Alvorada. Na ocasião, a ação de Rio Grande foi mencionada aos participantes.

DIVERSAS FORMAS DE SER



Como forma de levar conhecimento e informação a mais pessoas e promover a educação em direitos, o Centro de Referência em Direitos Humanos lançou, no mês de agosto, a campanha “Diversas Formas de Ser”, com o objetivo de dar visibilidade às questões LGBT. Entre os materiais de divulgação da campanha está o “Glossário da Diversidade”, que traz uma lista, em ordem alfabética, dos principais termos relacionados à população LGBT, oferecendo aos defensores públicos e aos servidores a oportunidade de ampliar a compreensão sobre o tema. Além do glossário, a campanha também contou com materiais impressos (como cartazes) e digitais (Facebook, Instagram e Twitter), para atrair internautas e pessoas interessadas no tema.

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

O CRDH, mediante encaminhamento de ofício aos Cartórios de Registro Civil, deu início ao procedimento para retificação extrajudicial de prenome e gênero registral de pessoa transexual. A analista e desenvolvedora de sistemas Evelyn Mendes foi a primeira transexual no Estado a conseguir retificar o registro civil após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275. O procedimento administrativo de retificação teve início mediante encaminhamento pelo CRDH e foi efetivado pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais da 5ª Zona de Porto Alegre, o primeiro do Estado a oficializar esta ação extrajudicial.



Defensoria na Mídia



250 informativos desenvolvidos para as redes sociais, focados na educação em direitos.



Mais de 23 mil curtidas no Facebook - 3ª página mais curtida entre as Defensorias Públicas do País.



Cerca de 250 entrevistas concedidas para veículos de várias regiões do Brasil.



Mais de 750 notícias produzidas para os meios de comunicação da Instituição.



Aproximadamente 1.500 inserções na mídia.



Cerca de 430 programas de Radioweb produzidos e parceria com mais de 110 rádios do interior do RS.



RBS TV

Defensoria apresenta relatório

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Número de atendimentos ultrapasou 730 mil. Outro destaque é o Centro de Mediação e Conciliação

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DPEARS) apresentou seu relatório de prestação de contas de 2016. O documento, elaborado pela Procuradoria-Geral de Justiça, destaca o atendimento a mais de 730 mil cidadãos e o funcionamento do Centro de Mediação e Conciliação (CMC), que resolveu mais de 10 mil conflitos familiares.



CORREIO DO POVO

Supremo concede HC coletivo a detentas gestantes e mães de filhos com até 12 anos

Direitos das presas se aperfeiçoou

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu um habeas corpus coletivo a detentas gestantes e mães de filhos com até 12 anos de idade. A decisão reconheceu o direito dessas mulheres a serem mantidas em regime domiciliar, desde que atendidas as condições necessárias para garantir a segurança pública e o bem-estar da família.

Direitos das presas se aperfeiçoou



RBS TV

JORNAL DO COMÉRCIO

Defensoria Pública de Itaquí ingressa com Ação Civil Pública em benefício de assistidos vítimas do "Golpe do Procon"

Itaquí (RS) - O Defensor Público Mareo Antonio Kaufmann, da Comarca de Itaquí, ajuizou Ação Civil Pública (ACP) em benefício de assistidos vítimas do chamado "Golpe do PROCON", episódio ocorrido em razão da conduta de um servidor público municipal, então chefe do PROCON de Itaquí que, beneficiando-se da sua posição e no exercício da função pública, recebeu indevidamente dinheiro de dezenas de comunitários para supostamente negociar as dívidas destes com credores, o que nunca ocorreu.

JUS BRASIL



CORREIO DO POVO

Defensoria Pública firma convênio com Cideja para auxiliar na regularização Fundiária

Convênio entre Defensoria Pública e Cideja para auxiliar na regularização Fundiária

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul firmou um convênio com a Comissão de Integração de Dados, Análise e Informação da Receita Federal (Cideja) para auxiliar na regularização fundiária. O acordo prevê a troca de informações e a realização de ações conjuntas para identificar e regularizar imóveis com problemas de documentação.

JORNAL MINUANO



JORNAL DO POVO

Mutirão para garantir vagas em escolas

Mutirão para garantir vagas em escolas

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul realizou um mutirão para garantir vagas em escolas. O trabalho foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e envolveu a visita a diversas escolas para verificar a situação das vagas e a necessidade de intervenções para melhorar a infraestrutura e a qualidade do ensino.

JORNAL NH



DIÁRIO DE SANTA MARIA

Defensoria Pública apresenta o projeto Oficina das Famílias

Oficina das Famílias promovida pela Defensoria Pública de Igrejinha na segunda-feira, 5 de novembro, às 19h, na Câmara Municipal de Igrejinha



PORTAL DA CIDADE DE IGREJINHA

SUPOORTE

A Defensoria Pública do Estado oferecerá orientação jurídica amanhã na Oktoberfest de Igrejinha.

Serão discutidas questões de Direito de Família, como divórcio, pensão alimentícia e partilha de bens.

ZERO HORA



JA Ideias: defensor público responde principais dúvidas sobre os direitos dos idosos

5 min | Publicado em 26 Jun 2018

RBS TV

Justiça acertou ao conceder liberdade

Autoridade penal da terceira instância já deu o plácaro na decisão liberatória de Luciana Borges, que ficou em liberdade após o processo contra o marido, atual chefe de gabinete estadual em uma violenta política.

Opção comentada por: Cláudio Basso em Cadeia Rêgo

RÁDIO GAÚCHA



RBS TV

GAUCHAZH PORTO ALEGRE

Defensoria presta orientação gratuita sobre direitos humanos na próxima quarta-feira em Porto Alegre

Evento será com o cargo Cláudio Basso, que atua no 11º andar do prédio da Defensoria Pública em Porto Alegre.

GAÚCHA ZH

Defensoria Pública de Canela contabilizou cerca de 2.500 atendimentos em um ano

A Defensoria Pública do Estado informou que a unidade de Canela contabilizou 2.584 atendimentos a 1.216 assistidos únicos em um ano. Esses números dizem respeito ao período entre 1º de novembro de 2016 e 31 de outubro de 2017 e incluem processos em andamento e processos concluídos.

Foram elaborados 3.103 peças sendo 252 intimações (sendo 100 mandados), o que também aponta a atuação autárquica para a solução de litígios de usuários sem o ingresso de ações no Poder Judiciário. Além disso, a Defensoria

CONSULTORIA AMBIENTAL

JORNAL NOVA ÉPOCA

Defensoria Pública ainda é desafio no nosso país, diz Cristiano Vieira Heerd

Do defensor público-geral do Estado, a inserção do sistema de justiça no qual os gaúchos moram.

Em momento que contrasta no sistema de Defensoria Pública do Estado gaúcho, o Conselho de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

ZERO HORA

Um novo prédio para abrigar uma história

Um novo prédio para abrigar uma história, que vai além do edifício de 1958, que já não comporta mais os serviços de Defensoria Pública do Estado gaúcho. O novo prédio, que será construído no bairro de São José, em Porto Alegre, vai abrigar a Defensoria Pública do Estado gaúcho e o Conselho de Defesa do Poder Judiciário.

10 Cidade

Uma gestão movida pelo orgulho

Uma gestão movida pelo orgulho, que vai além do edifício de 1958, que já não comporta mais os serviços de Defensoria Pública do Estado gaúcho. O novo prédio, que será construído no bairro de São José, em Porto Alegre, vai abrigar a Defensoria Pública do Estado gaúcho e o Conselho de Defesa do Poder Judiciário.

Defensoria Pública ainda é desafio no nosso país, diz Cristiano Vieira Heerd

Do defensor público-geral do Estado, a inserção do sistema de justiça no qual os gaúchos moram.

Em momento que contrasta no sistema de Defensoria Pública do Estado gaúcho, o Conselho de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

ZERO HORA

Um novo prédio para abrigar uma história

Um novo prédio para abrigar uma história, que vai além do edifício de 1958, que já não comporta mais os serviços de Defensoria Pública do Estado gaúcho. O novo prédio, que será construído no bairro de São José, em Porto Alegre, vai abrigar a Defensoria Pública do Estado gaúcho e o Conselho de Defesa do Poder Judiciário.

Defensoria Pública do Estado inaugura novo endereço nesta sexta-feira

Do defensor público-geral do Estado, a inserção do sistema de justiça no qual os gaúchos moram.

Em momento que contrasta no sistema de Defensoria Pública do Estado gaúcho, o Conselho de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

ZERO HORA

Um novo prédio para abrigar uma história

Um novo prédio para abrigar uma história, que vai além do edifício de 1958, que já não comporta mais os serviços de Defensoria Pública do Estado gaúcho. O novo prédio, que será construído no bairro de São José, em Porto Alegre, vai abrigar a Defensoria Pública do Estado gaúcho e o Conselho de Defesa do Poder Judiciário.

JORNAL MINUANO

A HUMANIDADE NO DIREITO À MORADIA

Emmanuel Rodighiero Wexel, advogado e ativista social, discute a importância de garantir o acesso à moradia para todos, especialmente para quem vive em situação de vulnerabilidade.

ZERO HORA

Defensoria presta orientação gratuita sobre direitos humanos na próxima quarta-feira em Porto Alegre

Evento será com o cargo Cláudio Basso, que atua no 11º andar do prédio da Defensoria Pública em Porto Alegre.

TV PAMPA

Mutirão orienta sobre exames de DNA gratuitos e direitos na relação de paternidade

Evento reúne órgãos públicos e oferece serviços para os jovens na capital.

ZERO HORA

Defensoria presta orientação gratuita sobre direitos humanos na próxima quarta-feira em Porto Alegre

Evento será com o cargo Cláudio Basso, que atua no 11º andar do prédio da Defensoria Pública em Porto Alegre.

GAÚCHA OPINIÃO

Cristiano Vieira Heerd: a Defensoria e a efetividade do acesso à Justiça

Do defensor público-geral do Estado, a inserção do sistema de justiça no qual os gaúchos moram.

Em momento que contrasta no sistema de Defensoria Pública do Estado gaúcho, o Conselho de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

ZERO HORA

Um novo prédio para abrigar uma história

Um novo prédio para abrigar uma história, que vai além do edifício de 1958, que já não comporta mais os serviços de Defensoria Pública do Estado gaúcho. O novo prédio, que será construído no bairro de São José, em Porto Alegre, vai abrigar a Defensoria Pública do Estado gaúcho e o Conselho de Defesa do Poder Judiciário.

DEFENSORIA PÚBLICA PROMOVE MUTIRÕES NO LITORAL (E EM TORRES)

Além de orientar a população em relação aos seus direitos, promover educação e apresentar soluções aos cidadãos, Defensores Públicos e servidores da Defensoria divulgam os serviços oferecidos pela Instituição.

Defensoria Itinerante Temporada de Verão 2018

Os direitos da população não tiram férias.

A FOLHA DE TORRES

NOTÍCIA

Defensoria Pública realiza mutirão de regularização de imóveis da extinta Cohab

Em Dom Pedrito

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), por meio do projeto Defensoria Itinerante, promoverá, nos dias 23 e 24 de Agosto, um Mutirão de Regularização Administrativa de Imóveis da extinta Cohab no município de Dom Pedrito. Atualmente, existem 302 imóveis sujeitos de regularização e, segundo informações da associação de moradores do local, a previsão é de que cerca de 100 moradores participem da ação. O mutirão ocorrerá das 9h às 12h e das 13h às 18h, na quinta-feira (23) e das 9h às 12h, na sexta-feira (24), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. José Tude de Godoy (Rua Walter Gouveia, 2058, bairro Promorar).

FOLHA DO SUL

Carazinho passará a ter "Oficina das Famílias"

Projeto da Defensoria Pública de Carazinho é desenvolvido em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e tem como objetivo oferecer suporte jurídico e psicológico às famílias em situação de vulnerabilidade.

DIÁRIO DA MANHÃ

Projeto propõe diálogo com menores infratores

A partir de um loteamento das políticas adotadas, o Projeto de Lei nº 1.000, de 2017, propõe a criação de um Conselho Municipal de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), por meio do projeto Defensoria Itinerante, promoverá, nos dias 23 e 24 de Agosto, um Mutirão de Regularização Administrativa de Imóveis da extinta Cohab no município de Dom Pedrito. Atualmente, existem 302 imóveis sujeitos de regularização e, segundo informações da associação de moradores do local, a previsão é de que cerca de 100 moradores participem da ação. O mutirão ocorrerá das 9h às 12h e das 13h às 18h, na quinta-feira (23) e das 9h às 12h, na sexta-feira (24), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. José Tude de Godoy (Rua Walter Gouveia, 2058, bairro Promorar).

Carazinho passará a ter "Oficina das Famílias"

Projeto da Defensoria Pública de Carazinho é desenvolvido em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e tem como objetivo oferecer suporte jurídico e psicológico às famílias em situação de vulnerabilidade.

Projeto propõe diálogo com menores infratores

A partir de um loteamento das políticas adotadas, o Projeto de Lei nº 1.000, de 2017, propõe a criação de um Conselho Municipal de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

Carazinho passará a ter "Oficina das Famílias"

Projeto da Defensoria Pública de Carazinho é desenvolvido em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e tem como objetivo oferecer suporte jurídico e psicológico às famílias em situação de vulnerabilidade.

Projeto propõe diálogo com menores infratores

A partir de um loteamento das políticas adotadas, o Projeto de Lei nº 1.000, de 2017, propõe a criação de um Conselho Municipal de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

Projeto propõe diálogo com menores infratores

A partir de um loteamento das políticas adotadas, o Projeto de Lei nº 1.000, de 2017, propõe a criação de um Conselho Municipal de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

JORNAL NH

Cristiano Vieira Heerd: a Defensoria e a efetividade do acesso à Justiça

Do defensor público-geral do Estado, a inserção do sistema de justiça no qual os gaúchos moram.

Em momento que contrasta no sistema de Defensoria Pública do Estado gaúcho, o Conselho de Defesa do Poder Judiciário, em uma reunião de trabalho, em 14 de setembro de 2017, ocorreu 7.947 atendimentos de Defensoria no Rio Grande do Sul. Um número de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

ZERO HORA

Um novo prédio para abrigar uma história

Um novo prédio para abrigar uma história, que vai além do edifício de 1958, que já não comporta mais os serviços de Defensoria Pública do Estado gaúcho. O novo prédio, que será construído no bairro de São José, em Porto Alegre, vai abrigar a Defensoria Pública do Estado gaúcho e o Conselho de Defesa do Poder Judiciário.

A **Defensoria Pública** realiza ações de **educação em direitos** e promove os **direitos humanos**.

PROJETOS E AÇÕES
INSTITUCIONAIS

"Crianças e adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência, população LGBT, presos e apenados, pessoas endividadas, moradores de rua: são alguns exemplos de cidadãos que são o público-alvo de atendimento da Defensoria Pública."

1 milhão

de pessoas já foram cadastradas no Portal da Defensoria Pública do Estado.

O sistema, que reúne todos os dados de atendimento na instituição, está em uso há dois anos e meio.

Zero Hora - 18 de junho de 2018

89%

das sessões de mediação realizadas pela Defensoria Pública em Porto Alegre acabaram em acordos firmados. Foram 682 casos de Direito de Família solucionados na conversa desde agosto do ano passado – quando a iniciativa foi implantada.

Zero Hora - 26 de julho de 2018

Modernização Institucional

A modernização institucional avançou em 2018, com a aplicação de recursos próprios do orçamento da Defensoria Pública, bem como provenientes de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em agosto, o BNDES prorrogou a vigência do contrato de financiamento por mais 12 meses, a fim de viabilizar a finalização da execução das ações previstas no Projeto de Modernização Institucional.

As principais atividades de modernização institucional realizadas no período podem ser conferidas abaixo.



Governança e Gestão

Objetivando a prestação de serviços de qualidade, alinhados à sua Missão e às demandas da sociedade gaúcha, a Defensoria Pública está implementando ações de modernização da Governança e da Gestão. Entre estas ações, destacam-se:

I. Planejamento Estratégico: com foco na utilização eficiente dos recursos e no aperfeiçoamento das práticas de gestão baseadas em resultados, com visão de longo prazo, a DPE/RS incorporou o Planejamento Estratégico como metodologia para elaboração, revisão, execução e monitoramento de sua estratégia. Definidos a Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos, encontram-se em execução os projetos estratégicos, monitorados pela Administração Superior em ciclos quadrimestrais, dos quais destacam-se:

a) Padronização dos Atendimentos: visa a estabelecer um processo padrão de acolhimento, triagem, agendamento e atendimento final em todas as Defensorias Públicas do Estado, viabilizando atender o assistido com qualidade, celeridade e em ambientes acolhedores.

b) Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC): está em andamento o projeto que objetiva a resolução extrajudicial de conflitos na esfera do Direito das Famílias, em Porto Alegre.



c) Identificando Ações Coletivas: foram criadas novas funcionalidades no Portal da Defensoria para indicação de potenciais ações coletivas e tratamento pelos Núcleos Especializados, com a finalidade de otimizar a atuação institucional, judicial e extrajudicial, com a resolução em massa de conflitos.

Escritório de Gestão Estratégica: instituído e estruturado com a finalidade de garantir a gestão da estratégia, assegurando o alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico, o controle e monitoramento dos projetos estratégicos e das metas institucionais, bem como a implementação da gestão de projetos e de processos. Esta unidade é vinculada ao Gabinete do Defensor Público-Geral.



d) Programa de Educação em Direitos: para garantir a orientação jurídica e o exercício da defesa dos necessitados, encontra-se em implantação o Programa de Educação em Direitos, com foco em mutirões de orientação, palestras e oficinas para o público externo.

e) Desmitificando os Direitos Humanos: encontra-se em elaboração uma política para a promoção dos direitos humanos, com definição de diretrizes para atuação da Instituição nessa área, contemplando ações presenciais, à distância e adoção de novas mídias.

f) Ouvidoria Cidadã: busca a reestruturação dos serviços, do modelo de atuação e da equipe da Ouvidoria-Geral, objetivando promover a qualidade dos serviços da Defensoria.

Mapa Estratégico 2016 - 2021



Missão

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício dos direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Visão

Ser reconhecida pela sociedade como Instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

Valores

Ética e Respeito;
Foco em Resultado;
Confiabilidade e Credibilidade;
Valorização das Pessoas;
Acolhimento e Humanidade;
Comprometimento e Engajamento de Todos;
Transparência.



Fortalecer a imagem institucional

Reduzir a exclusão social por meio do acesso à justiça



Incentivar ações de promoção de direitos humanos

Fomentar a atuação em ações coletivas

Ampliar práticas de atuação extrajudicial

Estar presente em todas as Unidades Jurisdicionais do RS

Melhorar o acesso, qualidade e agilidade do serviço da DPE

Disseminação de Conceitos

Aperfeiçoamento do Serviço



Fortalecer a humanização dos ambientes de trabalho

Implantar um modelo de gestão de pessoas por competência

Aperfeiçoar modelo de governança e gestão institucional

Aperfeiçoar modelo de governança de TI

Ampliar ações de automação e informatização das atividades finalísticas e de apoio

Desenvolvimento do Capital Humano

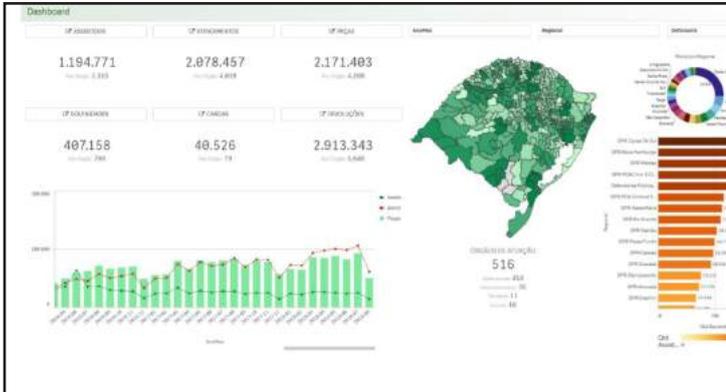
Alinhamento Tecnológico



Ampliar as fontes de recursos

Desenvolver ações para otimizar a aplicação dos recursos

II. Business Intelligence (BI): foi desenvolvido o Portal de BI da Defensoria para coletar, preparar, agrupar e consolidar dados e subsidiar as decisões da Administração Superior. A primeira parte do projeto consistiu na compra do *software* Qlik Sense e no desenvolvimento de painéis com dados de atendimento dos assistidos, armazenados no Portal da Defensoria e dados de recursos humanos.



III. Programa de Desenvolvimento da Gestão: visando à implantação de um modelo de governança voltado para resultados e orientada para o cidadão, encontra-se em implantação o Programa de Melhoria Contínua da Gestão, baseado no Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP). Já foi realizada a primeira autoavaliação da gestão, utilizando-se o Instrumento para Avaliação da Gestão Pública, proporcionando a reflexão e a avaliação criteriosas do grau de aderência dos processos gerenciais da Instituição em relação ao Modelo de Excelência em Gestão Pública do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP). A partir dos resultados obtidos, será elaborado um Plano de Melhorias, com vistas ao aperfeiçoamento da Instituição, a ser executado até a realização da próxima autoavaliação, prevista para o ano de 2019.

Modernização de Sistemas e Infraestrutura de TI

I. Portal da Defensoria: no período, destaca-se o serviço de assinatura eletrônica e de confirmação de autenticidade de peças físicas, o que permite que terceiros possam validar, por meio de um endereço na internet, se determinado documento, emitido através do Portal da Defensoria, é autêntico. Somente no primeiro mês, mais de 4 mil peças foram assinadas por meio do sistema. Também foram criados a vinculação com o portal institucional, o gerenciamento das atividades das Defensorias, atribuições e vínculos dos defensores públicos, bem como foi estruturado módulo que permite a qualificação automática das partes, usando as informações do cadastro do assistido. Essas melhorias permitem maior eficiência e agilidade no trabalho realizado em prol da população.

II. Sistema de Votação Eletrônica: foi implementado sistema seguro de votação eletrônica que permitiu a realização das eleições para o cargo de Defensor Público-Geral do Estado e para os membros do Conselho Superior da Defensoria Pública, de forma transparente e com maior agilidade na apuração da votação, além da economicidade de recursos, já que evitou a necessidade de deslocamento dos defensores e o envio de cédulas para votação.

III. Sustentabilidade Administrativa: foram desenvolvidos diversos novos fluxos no Workflow, aumentando a automação dos processos e diminuindo o uso de papel.

Modernização da Infraestrutura

I. Modernização do Prédio-Sede: está sendo realizada com recursos do BNDES. No período, foi finalizada a reforma de toda a estrutura externa do prédio. Encontra-se em execução o projeto de implantação de nova subestação elétrica, que garantirá o fornecimento de energia ao prédio e proporcionará mais segurança. Foi concluída a elaboração do projeto de modernização dos andares do prédio, cuja execução encontra-se em fase de licitação, com previsão de término em 18 meses.

II. Modernização de Unidades do Interior: objetivando proporcionar maior acessibilidade, espaço físico, conforto e agilidade no atendimento ao assistido, a Defensoria vem investindo recursos próprios na instalação de novas unidades no interior do Estado. No período, foram instaladas novas sedes em 15 cidades: Arroio do Meio, Igrejinha, Carazinho, Gaurama, São Sepé, Tramandaí, Sobradinho, Bagé, Taquari, Candelária, Rio Grande, Jaguarão, Vera Cruz, Encantado e Não-Me-Toque.



Gestão de Pessoas

A modernização da gestão de pessoas na Defensoria é preocupação permanente da Administração Superior. Para tanto, encontram-se em execução diversas ações:

I. Gestão de Pessoas Baseada em Competências: com a ampliação do quadro de servidores, é imprescindível a implantação de uma política de gestão de pessoas baseada em competências. Com o apoio de consultoria especializada, foi realizado o mapeamento de competências e está sendo realizada a descrição de cargos e funções dos servidores da Instituição. Para dar suporte ao processo, foi adquirido um *software* de Gestão de Pessoas por Competências, que contempla os seguintes subsistemas de Recursos Humanos: Cargos e Carreiras; Avaliação de Desempenho; e Treinamento e Desenvolvimento.

II. Gestão do Clima Organizacional: está em execução o Projeto de Gestão do Clima Organizacional, com foco na humanização dos ambientes de trabalho. Foi realizada a primeira Pesquisa de Clima Organizacional para medir o nível de satisfação das pessoas com seu ambiente de trabalho. Mediante este diagnóstico, está sendo elaborado um Plano de Melhorias, com ações a serem executadas até a realização da próxima pesquisa, prevista para 2020. Também será elaborada e regulamentada uma Política de Gestão do Clima Organizacional. **A primeira pesquisa de clima evidenciou uma satisfação geral de 66%.**

III. Gestão da Folha de Pagamento: em mais um passo em direção à autonomia administrativa e orçamentária da Instituição, prevista na Emenda Constitucional Estadual nº 50, de 24 de agosto de 2005, foram contratadas a Procergs e a Techne para alterações no Sistema RHE, que permitirão a gestão integral da folha de pagamento dos defensores públicos e servidores, ativos e inativos.

IV. Gestão da Efetividade: visando à modernização e à agilização, foi adquirida solução para informatização do ponto de servidores e estagiários, incluindo sistema e equipamentos para registro de frequência. Serão realizados projetos-piloto e capacitações de servidores, estagiários e gestores para que, a partir de 2019, a solução esteja em funcionamento em todas as unidades da capital e do interior. O projeto trará significativa economia de recursos humanos e financeiros, além de maior confiabilidade e tempestividade nos registros.

V. Defensoria Qualifica: elaborado a partir da análise das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que os defensores públicos e servidores precisam desenvolver para melhor desempenharem suas funções, o programa de capacitação foi desenvolvido em parceria com o Senac-RS, com investimento total de R\$ 800 mil. O programa prevê 45 cursos, presenciais e à distância, com 250 turmas, tanto em Porto Alegre quanto no interior, onde foram estabelecidas 22 cidades-polo.



VI. Capacitação de Gestores: foram realizados seis encontros de capacitação dos Diretores Regionais, que compõem o nível tático da gestão institucional, com foco no aprendizado e desenvolvimento de competências em gestão de pessoas e na liderança das Regionais. Os membros da Administração Superior concluíram o processo de *coaching* individual e participaram, com servidores que ocupam cargos de gestão, de capacitação sobre o papel dos gestores no clima organizacional.

Defensoria Itinerante

Garantir o acesso à justiça e prestar orientação jurídica aos cidadãos mais vulneráveis, que não possuem condições de deslocamento até alguma sede da Defensoria Pública, são os objetivos da Defensoria Itinerante, projeto que se faz presente em bairros e cidades de difícil acesso do Rio Grande do Sul. Com a finalidade de estar mais próxima da população carente e atendê-la em seus direitos, a DPE disponibiliza unidades móveis, que circulam por diversos locais, atendendo aos mais necessitados.

No período, foram realizadas 57 ações, dentre mutirões de orientação jurídica, atendimento, educação em direitos e datas comemorativas (como Parada Livre, Estatuto do Idoso, Dia dos Pais e Setembro Amarelo) e palestras sobre diversos temas. Porto Alegre, Canoas, Igrejinha, Balneário Pinhal, Tramandaí, Torres, Laranjal, Arambaré, Rio Grande, Novo Hamburgo e Espumoso foram as cidades percorridas. Além disso, foram realizadas ações na Expointer e audiência Cejusc sobre o Viaduto São Jorge, que teve estimativa de público de mais de 20 mil pessoas.

Foram mais de
6.000
pessoas diretamente beneficiadas pelas ações da Defensoria Itinerante



| Ação | Forma de Atendimento | Mutirões | Pessoas Beneficiadas |
|-----------------------------------|---|-----------|----------------------|
| Direito de Família | Atendimento Geral | 15 | 682 |
| Temporada de Verão | Orientação Jurídica e Educação em Direitos | 5 | 361 |
| Execução Penal | Análise de PECs e Guias de Execução Penal | 4 | 3.083 |
| Regularização Fundiária (moradia) | Orientação Jurídica, Educação em Direitos, Petições/Iniciais e Análise Documental | 10 | 534 |
| Estender a Mão | Atendimento Geral | 4 | 35 |
| Datas Comemorativas | Atendimento Geral, Orientação Jurídica e Educação em Direitos | 11 | 945 |
| Creches | Atendimento e Análise Documental | 2 | 110 |
| Palestras | Orientação Jurídica e Educação em Direitos | 6 | 272 |
| Total | | 57 | 6.022 |



Ações Institucionais em Destaque

Campanha Mitos de Família

Para desmitificar algumas informações equivocadas sobre o Direito das Famílias e, também, para promover a educação em direitos, a Defensoria Pública lançou, em julho, a campanha “Mitos de Família”, que contou com uma websérie no YouTube e postagens no Facebook, Instagram e Twitter da Instituição. Durante cinco semanas, um vídeo e um post novos sobre o tema foram publicados às terças-feiras. Além do compartilhamento de conhecimento, a campanha também foi uma forma de comemorar o primeiro ano de atuação do Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC), inaugurado em 5 de julho de 2017.



Projeto Álbum de Figurinhas



Para entrar no clima da Copa do Mundo, o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca), criou e distribuiu, álbum de figurinhas e cartilha que visaram à educação em direitos tanto para pais, quanto para filhos.

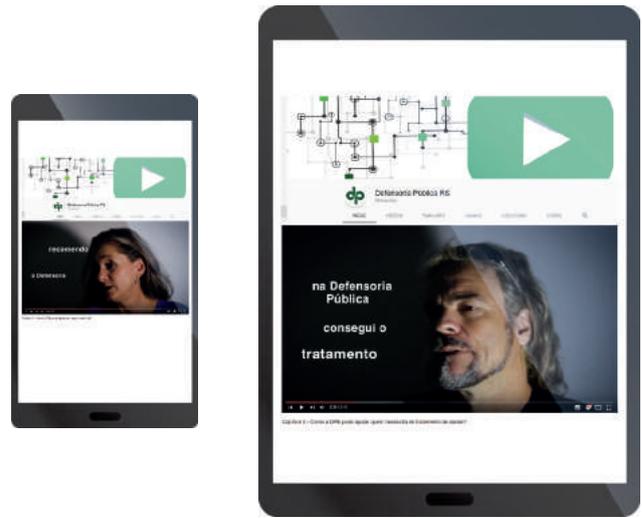
Com o *slogan* “Criança feliz é criança com direitos respeitados”, a cartilha trouxe informações úteis para pais e responsáveis sobre os direitos de crianças e adolescentes, bem como sobre a atuação da Defensoria Pública na defesa destes direitos. Para as crianças, o material incluiu um álbum de figurinhas baseado em ações do dia a dia que contribuem para o exercício da cidadania. Sempre que uma delas for concluída (como arrumar os brinquedos, ajudar com tarefas domésticas, ler um livro, pedir desculpas, etc.), a respectiva figurinha pode ser colada no álbum.

De julho a setembro de 2018, aproximadamente 4 mil cartilhas e álbuns foram distribuídos em escolas e durante os atendimentos às famílias na Defensoria.

Websérie Defensoria na Minha Vida

Divulgar histórias de vidas transformadas pela atuação da Defensoria Pública foi o objetivo da websérie "Defensoria na Minha Vida", que retratou o trabalho de defesa de milhares de pessoas carentes e desassistidas que sofreram algum tipo de exclusão social e conseguiram superar obstáculos com o amparo da Instituição.

A campanha, em seis episódios, apresentou personagens reais contando suas histórias sobre como foram atendidos e orientados pela Defensoria Pública e expressando a efetividade do trabalho que lhes garantiu direitos fundamentais e sociais para uma vida mais digna e menos injusta. A veiculação da campanha ocorreu nos canais de comunicação da Instituição, incluindo a intranet, o site institucional e as redes sociais, entre 15 de março e 19 de abril. Defesa do consumidor, direito das famílias, orientação à criança e ao adolescente, acesso à saúde e defesa criminal foram os assuntos abordados pela websérie, que pode ser vista no canal do Youtube da DPE/RS: www.youtube.com/defensoriapublicadors.



Campanha Mulheres Brasileiras Históricas

Para homenagear as mulheres, o Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem) promoveu a campanha "Mulheres Brasileiras Históricas", que resgatou a imagem e a história de luta e de conquistas de cinco figuras eminentes para a conquista de direitos femininos – Bertha Lutz, Antonieta de Barros, Doriana Nowill, Nísia Floresta e Zuzu Angel. Nos

banners digitais e nos cartazes físicos também estavam outras cinco heroínas contemporâneas, mulheres comuns e extraordinárias com histórias de vida que representam muitas brasileiras.

Todas as comarcas da DPE/RS receberam os materiais e rechearam as sedes com os materiais da campanha.

Mulheres Brasileiras Históricas

"O bem estar de todos os membros da sociedade, sem exceções, é o que faz de um país um povo civilizado."

Doriana Nowill,
Lutou pela autonomia dos deficientes visuais
28/05/1919 - 29/08/2010

Nasceu com glaucoma congênito e já passou por 22 cirurgias. Se formou em Direito, fez especialização e, este ano, inicia o mestrado. Namora há sete anos e agradece a mãe pelos cuidados e coragem, mesmo não tendo o pai presente. Seu trunfo é reconhecer as limitações para ir além. Ainda sonha em ser juíza federal.

"A deficiência não me impede de fazer o que sonho. Eu corro atrás."

Jéssica de Souza, 24 anos, servidora pública

NUDEM
NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mulheres Brasileiras Históricas

"Certamente Deus criou as mulheres para melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida."

Nísia Floresta,
Pioneira na luta feminista brasileira
12/10/1810 - 24/04/1880

Trabalha como garçonete no Restaurante Refúgios em Porto Alegre. Na infância, passou por muitas dificuldades e ajudou a mãe a superar a violência doméstica. No trabalho, esbanja bom humor e simpatia para derrotar preconceitos, ser forte e poderosa.

"Hoje, vivo a vida com mais perspectiva e positividade"

Maria da Silva,
33 anos, garçonete

NUDEM
NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Homenagens e Medalhas



O Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Cristiano Vieira Heerdt, foi homenageado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP/RS) com a Medalha “Ordem do Mérito 2018” Grau Grã-Cruz, a mais alta distinção outorgada pela instituição. A solenidade ocorreu no dia 4 de maio. A honraria é destinada a personalidades que realizaram importantes serviços para o desenvolvimento de suas atividades e que também prestaram relevantes serviços à cultura jurídica do Estado. Heerdt, que é defensor público há 16 anos, foi o primeiro defensor público a receber o mérito.

Em setembro, Heerdt também foi homenageado pelo Tribunal de Justiça Militar (TJM/RS) com a Comenda do Centenário da instituição, que visa a reconhecer as ações de autoridades, personalidades e organizações civis e militares que tenham prestado meritórios serviços ao TJM/RS.



Ações de Sustentabilidade

No ano de 2018, a Comissão Sustentável da Defensoria Pública focou esforços na conscientização e valorização da água. Em março, na Semana Mundial da Água, realizou-se campanha de sensibilização para o consumo consciente deste recurso. A iniciativa envolveu a divulgação de cartazes e dicas de hábitos responsáveis na área de trabalho dos computadores de todos os defensores públicos, servidores e estagiários da DPE/RS. Além disso, em junho de 2018, a Defensoria Pública aderiu ao Programa Sustentare, que visa ao correto descarte de equipamentos eletrônicos tombados e à preservação do meio ambiente. As campanhas de descarte correto de eletrônicos, promovidas pelo Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA), também foram destaque na sede, bem como as campanhas de doação de sangue.



Campanhas de Doação de Agasalhos e de Brinquedos

Com o objetivo de tornar o Dia das Crianças mais solidário, cerca de 200 kits de brinquedos foram arrecadados pela Defensoria Pública para a Campanha Brinquedo Solidário 2017, promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre. Ao todo, foram 1.320 crianças atendidas por meio de 12 instituições próprias e conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc). O material foi entregue à Administração Municipal em outubro do ano passado.

Já para a Campanha do Agasalho 2018 foram coletadas 1.250 peças, entre roupas, edredons, lençóis, peças íntimas, fraldas descartáveis, calçados e bolsas. O material foi entregue à Secretaria em julho. De acordo com dados da pasta, entre maio e agosto deste ano, a Campanha do Agasalho arrecadou mais de 256 mil peças no município. O material foi entregue a 51 mil pessoas e 130 entidades.



Ações em Destaque

Jornadas Universitárias

De outubro de 2017 a setembro de 2018, foram realizadas três Jornadas Universitárias da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Nos dias 9, 10 e 11 de maio, a cidade de Carazinho recebeu sua primeira edição, no campus da Ulbra. O evento enfatizou a necessidade de a Instituição se aproximar da população e do meio acadêmico, buscando trocar experiências, apresentar novas formas de acesso à justiça e incentivar a educação em direitos. Além disso, a Jornada oportunizou amplo conhecimento dos participantes

em relação aos serviços prestados pela Defensoria Pública.

Já em Passo Fundo, a Jornada Universitária aconteceu nos dias 13 e 14 de agosto, com o objetivo de discutir temas de interesse da população envolvendo a atuação da Defensoria Pública, bem como capacitar estudantes de Direito sobre novas alternativas de acesso à justiça. O evento ocorreu no auditório central da Faculdade IMED.

Em Cachoeira do Sul, a II Jornada Universitária aconteceu nos dias 15 e 16 de agosto, no campus da Ulbra.



CACHOEIRA DO SUL



CARAZINHO



PASSO FUNDO

Diversas Formas de Ser

Existem diversas formas de Ser

Identidade de gênero
Depende de características físicas e da orientação sexual. É a experiência de como cada pessoa se percebe em termos de gênero – masculino, feminino ou outros. Pode ser expressa por meio da vestimenta, do modo de falar e dos maneirismos.

Orientação sexual
Refere-se à atração afetivo-sexual por alguém (independentemente de gênero). É diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero. É incorreto utilizar a expressão “opção sexual”.

CRDH
Centro de Referência em Direitos Humanos

DP
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Consideradas pessoas com alto nível de vulnerabilidade, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ou população LGBT) ainda possuem poucos espaços de acolhimento para suas necessidades e sofrem diariamente com o preconceito e a discriminação. Isso se reflete, muitas vezes, no acesso restrito à justiça, à saúde e a outros serviços essenciais. Além desta invisibilidade, também existem altos índices de violência contra este grupo. Por isso, para levar conhecimento e informação a mais pessoas e promover a educação em direitos, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da Defensoria Pública lançou, em agosto, a campanha “Diversas Formas de Ser”.

Um “Glossário da Diversidade” – que traz uma lista, em ordem alfabética, dos principais termos relacionados à população LGBT – foi distribuído aos defensores públicos e servidores da Instituição, dando-lhes a oportunidade de ampliar a compreensão sobre o tema e, conseqüentemente, oferecer uma atuação mais humanizada. A campanha também contou com materiais gráficos (como cartazes) e digitais (no Facebook, Instagram e Twitter da DPE/RS), para atrair internautas e pessoas interessadas no tema. No total, foram 13 postagens, publicadas diariamente nas redes sociais da Instituição.

Perspectivas e Desafios

O crescimento exponencial da demanda da Defensoria Pública decorre da crise econômica que assola o País e o Rio Grande do Sul e do aumento da visibilidade da Instituição.

O relatório deste ano apresenta, novamente, um crescimento do número de atendimentos prestados pelo órgão nos últimos 12 meses. Revela, também, a preocupação da Defensoria Pública com a melhoria da sua estrutura de atendimento, por meio do processo de modernização institucional.

Constata-se, no entanto, que a expansão da estrutura da Defensoria Pública não tem acompanhado o processo dinâmico de reorganização do Poder Judiciário gaúcho, exemplificado pela criação de novas comarcas e varas judiciais.

Infelizmente, das 165 comarcas existentes no Rio Grande do Sul, há nove sem atendimento pela Defensoria Pública: Cacequi, Feliz, Herval, Nova Petrópolis, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Porto Xavier e Nonoai.

Outrossim, ainda há aproximadamente 30 comarcas nas quais o atendimento é insuficiente, pois é realizado por deslocamento semanal de agentes de outras comarcas.

A Emenda Constitucional nº 80/2014 determina que, no prazo de oito anos, ou seja, até 2022, todas as comarcas do país contem com defensores públicos.

A DPE/RS está próxima da meta constitucional e, com a aprovação dos projetos de lei que tramitam atualmente na Assembleia Legislativa, em breve irá fortalecer e expandir sua atuação em todo o Estado.

Há, ainda, o desafio de melhorar o atendimento à população, com espaços dignos e humanizados, e investir na tecnologia e na informatização para aproximar ainda mais o cidadão, facilitando a transparência e o acesso ao serviço.

É dever da Instituição priorizar a resolução extrajudicial dos conflitos e o ajuizamento de demandas coletivas, reduzindo, assim, o ingresso de ações no sistema de justiça, o qual está abarrotado de processos.

Assim, a Defensoria Pública no Rio Grande do Sul se consolida como uma instituição cada vez mais próxima da população vulnerável, preocupada com a eficiência da gestão pública e voltada à resolução das demandas sociais.





Defensoria Pública do Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro, 666
Centro Histórico - Porto Alegre/RS
(51) 3211-2233
www.defensoria.rs.def.br



facebook.com/defensoriars



flickr.com/defensoriars



[@_defensoriaRS](https://twitter.com/_defensoriaRS)



www.youtube.com/defensoriapublicadores



instagram.com/defensoriapublicars



issuu.com/defensoriapublicadoriograndedosul



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL